

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

Unidade/Setor Requisitante:

DIVISÃO DE BIBLIOTECA E INFORMAÇÃO-DIBI/CDI

Responsável pela Demanda:

GILSON CARVALHO DA SILVA

Matrícula:

1865

E-mail:

GILSON@MPDFT.MP.BR

Telefone:

6133436409

1. Justificativa da necessidade da aquisição/contratação:

Contratação da assinatura de acesso à plataforma jurídica Magister Net sistema-único on-line de pesquisa doutrinária, jurisprudencial e legislativa, fornecida pela Lex Editora S.A.

A contratação de uma plataforma de pesquisa jurídica on-line é essencial para garantirmos atualizações diárias e contínuas, permitindo que obtenhamos resultados precisos e atualizados de nossas pesquisas, especialmente aquelas relacionadas a jurisprudências. para o atendimento da Atividade-Fim.

O periódico Magister Net proporcionará à Biblioteca do MPDFT acesso seguro e ágil a conteúdos jurídicos digitais relevantes para as atividades do órgão. A plataforma permite a realização de pesquisas temáticas em diversos ramos do direito e é amplamente utilizada pela Seção de Legislação e Jurisprudência. Ela oferece acesso a julgados dos principais tribunais brasileiros, incluindo os Tribunais Superiores e TRFs, disponíveis na mesma data de publicação no Diário de Justiça da União e dos Estados. Além disso, a base doutrinária conta com mais de 6.000 artigos de renomados juristas, como Damásio de Jesus, Luís Flávio Gomes, Ives Gandra Martins Filho e Ada Pellegrini Grinover, o que justifica a recomendação para a contratação.

2. Identificação (ID) da demanda no Plano de Contratações Anual:

A demanda encontra-se elencada no Plano De Contratações Anual/PCA-2024 - ID.: CDI - 008

3. Quantidade do material/serviço (expectativa):

- Acesso on-line da plataforma Jurídica MagisterNet - Contratada: Lex Editora S.A - Qtde. 03 Licenças

4. Previsão de data de entrega/execução:

Dezembro/24

5. Indicação do(s) integrante (s) da equipe de planejamento:

1. Gilson Carvalho da Silva - Mat.: 1865 (Presidente)
2. Dulcineide Camargo Santos - Mat.: 2901
3. Wesley Oliveira Leite - Mat.: 4754

*A equipe de planejamento foi designada por meio da Portaria SG nº 125 - PGJ/SG

Declaro que os servidores indicados foram comunicados e estão cientes de suas atribuições.

DOCUMENTO PADRÃO ATUALIZADO DE ACORDO COM A LEI 14.133/21, NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS



Documento assinado eletronicamente por **GILSON CARVALHO DA SILVA, Chefe da Divisão de Biblioteca e Informação**, em 07/11/2024, às 12:27, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdf.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1642480** e o código CRC **E76718EA**.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PORTARIA SG Nº 125 - PGJ/SG

A SECRETÁRIA-GERAL ADJUNTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.426/PGJ, de 14/12/2018,

CONSIDERANDO as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 — Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

CONSIDERANDO a edição da Portaria Normativa nº 876, de 3 de fevereiro de 2023, que dispõe sobre a elaboração de estudo técnico preliminar – ETP para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

CONSIDERANDO a edição da Portaria Normativa nº 877, de 3 de fevereiro de 2023, que dispõe sobre a elaboração do Termo de Referência - TR para aquisição de bens e contratação de serviços no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

CONSIDERANDO a necessidade de uniformização, celeridade nos trabalhos e diminuição de riscos que possam comprometer as contratações pretendidas,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir comissão para proceder ao planejamento das contratações da Divisão de Biblioteca e Informação – DIBI/CDI, cabendo à referida comissão as definições em termos de requisitos, alternativas, escolhas, resultados pretendidos, especificações técnicas, riscos, análise da viabilidade técnica e econômica da contratação e demais características, por meio dos seguintes documentos:

- I. Estudos Técnicos Preliminares;
- II. Termo de Referência;
- III. Mapa de Riscos.

Art. 2º Designar os servidores **GILSON CARVALHO DA SILVA**, matrícula nº 1865, **DULCINEIDE CAMARGO SANTOS**, matrícula nº 2901; e **WESLEY OLIVEIRA LEITE**, matrícula nº 4754, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão.

Art. 3º Estabelecer que a comissão designada no art. 2º tem caráter permanente.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

(Assinado eletronicamente)

CLAUDIA MARIA RAMOS

Secretária-Geral Adjunta do MPDFT



Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIA MARIA RAMOS**, Secretário(a)-Geral Adjunto, em 08/02/2023, às 17:56, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0145446** e o código CRC **01DCBE05**.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação da assinatura do acesso on-line da plataforma de pesquisa jurídica **Magister Net**, fornecida pela Lex Editora S.A.

1.2. A contratação do acesso on-line da plataforma de pesquisa jurídica, **a Magister Net**, permitirá que se realize pesquisas doutrinárias, legislativas e jurisprudenciais de modo rápido, eficiente e seguro, proporcionando a Membros e analistas do MPDFT a obtenção de respostas rápidas e direcionadas às temáticas solicitadas, facilitando assim a confecção de relatórios e pareceres institucionais, qualificando a importância da assinatura.

Item	Descrição	Unid. Medida	Qtde
01	Contratação do acesso on-line da plataforma de pesquisa jurídica <i>Magister Net</i>	Licença	03

1.2.1. As especificações técnicas da contratação estão acostados aos autos (1642529).

1.3. O objeto da contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818/2021, caracterizado como comum, uma vez que trata-se da contratação do serviço de acesso a uma ferramenta digital.

1.4. Os códigos concernentes aos itens desta contratação e extraídos do SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - é:

Item	Descrição	Código SIASG
1	Contratação do acesso on-line da plataforma de pesquisa jurídica <i>Magister Net</i>	23108

1.5. Contratação do acesso à plataforma de pesquisa jurídica Magister Net, pelo prazo de 12 (doze) meses.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação de uma plataforma jurídica de pesquisa jurídica on-line, com a garantia de atualização diária e permanente, permitirá obter, celeremente, os resultados de pesquisas com mais precisão e atualização. A assinatura do Magister Net proporcionará a Biblioteca do MPDFT o acesso aos conteúdos jurídicos digitais relevantes às atividades do Órgão, de forma segura e rápida, possibilitando a realização de pesquisas temáticas nos vários ramos do direito.

A ferramenta, utilizada principalmente pela Seção de Legislação e Jurisprudência, oferece o acesso a julgados dos principais tribunais brasileiros, Tribunais Superiores, TRFs, disponibilizados na mesma data de publicação no Diário de Justiça da União e dos Estados. A base doutrinária conta com mais de

10.000 (dez mil) artigos doutrinários de renomados juristas, como Damásio de Jesus, Luís Flávio Gomes, Ives Gandra Martins Filho, Ada Pellegrini Grinover, etc, justificando assim a indicação da contratação.

2.3. A demanda encontra-se elencada no Plano de Contratações Anual/PCA-2024 – ID.: CDI-008.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. Acesso on-line do Magister Net, uma plataforma de pesquisa que possui uma base de dados jurídicos, conforme descrições abaixo:

- **JURISPRUDÊNCIA**

O mais completo e atualizado acervo jurisprudencial em mais de 24 milhões de julgados selecionados dos principais tribunais do país; Mais de 20 milhões de acórdãos na íntegra, disponibilizados em formato texto; Súmulas do STF, STJ, TST, TSE e TRFs; Ações Diretas de Inconstitucionalidade atualizadas permanentemente e vinculadas à legislação; Julgados interligados com a legislação e súmulas por milhões de links de hipertexto. **LEGISLAÇÃO** Legislação brasileira de hierarquia superior e inferior em mais de 125.000 normas atualizadas, consolidadas e anotadas diariamente por qualificada equipe de editores; Histórico completo das redações dos artigos desde as publicações originais; Normas correlatas interligadas por links de hipertexto em anotações remissivas; Dispositivos legais inter-relacionados com artigos doutrinários de eminentes juristas nacionais; Artigos de lei vinculados à jurisprudência dos principais Tribunais, Súmulas e Ações de Controle de Constitucionalidade - ADIs, ADCs, ADPFs e ADOs; Atualização, consolidação e anotações feitas diariamente por equipe editorial especializada.

- **DOCTRINA**

Mais de 10.000 artigos doutrinários dos mais aclamados autores nacionais, nomes como: Damásio de Jesus, Luís Flávio Gomes, Ives Gandra Martins Filho, Ada Pellegrini Grinover, etc.

- **PRÁTICA JURÍDICA**

Mais de 2.000 modelos de petição comentados e vinculados à legislação e doutrinas. **PRAZOS PROCESSUAIS** Prazos relacionados aos principais Códigos e legislação complementar: CPC, CLT, CDC, Lei da Assistência Judiciária, Lei da Ação Civil Pública, Lei de Alimentos, Nova Lei de Entorpecentes, Lei do Divórcio, Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, entre outros.

- **DICIONÁRIO JURÍDICO**

Completo repertório de termos jurídicos, trazendo a definição dos principais verbetes do Direito pátrio.

- **NOTICIÁRIO JURÍDICO**

Diariamente, as principais notícias do judiciário e do legislativo atualizadas em tempo real.

Além do conteúdo descrito acima, a contratada deverá disponibilizar:

- O login/senha do acesso da plataforma Magister Net - 03 (três) acessos, em até 03 (três) dias úteis após a emissão da Nota Fiscal.
- Suporte técnico, através da central de atendimento telefônico (11) 3191-3033 e/ou via Internet (sac@lex.com.br).
- Notificar o MPDFT, com 24(vinte e quatro) horas de antecedência, quando da realização de manutenções preventivas ao sistema.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Critérios de Sustentabilidade:

Trata-se da contratação de um serviço de acesso eletrônico (internet) e que sob o aspecto da **sustentabilidade ambiental**, a contratação se mostra sustentável porque apresenta:

- baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; e
- uso de inovação que reduz a pressão sobre recursos naturais.

4.2. A Contratada deverá encaminhar:

- Proposta de Preços – A Contratada deverá encaminhar proposta de preços que deverá especificar de forma clara o que a plataforma de pesquisa disponibiliza, dos títulos e o meio de acesso. Deverá conter a data da validade, assim como o nome representante legal da empresa.
- Atestado de Exclusividade - Apresentação de documento comprobatório que o serviço prestado é de exclusividade da contratada, (art. 74, inciso I, da Lei 14.133/21). Deverá ter o prazo de validade do documento.
- Declaração de Parentesco - Declaração de que a empresa não possui proprietário, sócios ou funcionários que sejam servidores ou agentes políticos do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, bem como não possui proprietário ou sócio que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau reta e colateral, e por afinidade, até o segundo grau, de agente político do órgão ou entidade contratante ou responsável pela contratação.
- Suporte Técnico – Disponibilização de suporte técnico ao MPDFT, através de central de atendimento telefônico, e-mail e/ou internet.

4.3. Subcontratação e Consórcio

4.3.1. É vedada participação de consórcio de empresas.

Justificativa: A formação de consórcios é usualmente adotada quando o objeto a ser contratado envolve questões de alta complexidade técnica ou de relevante vulto, impossibilitando que empresas, isoladamente, supram os requisitos de habilitação do edital, o que não é o caso desta contratação.

4.3.2. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratado.

Justificativa: A Lex Editora S.A. tem como exclusividade a comercialização do acesso on-line da plataforma pesquisa jurídica - Magister Net (1651930), condição que não justifica a necessidade de subcontratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Condições de Entrega

5.1.1. A disponibilização do login/senha, para o acesso à plataforma de pesquisa jurídica Magister Net, será em até 03 (três) dias úteis, a partir da emissão da Nota Fiscal realizada pela Contratada.

5.1.2. A Contratada deverá encaminhar todas as informações relativas ao acesso da plataforma digital para o e-mail da biblioteca: biblio@mpdft.mp.br ou correspondência para o endereço: Biblioteca/MPDFT - 1º Subsolo, do Ed. Sede do MPDFT, localizada no Eixo Monumental - Praça do Buriti - Lote 2 - Brasília - 70.091-900.

5.2. Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

5.2.1. A Contratada deverá disponibilizar suporte técnico, através da Central de Atendimento Telefônico (11) 3191-3033 e/ou via Internet (sac@lex.com.br), com retorno em até 24 horas úteis, logo após o fornecimento do login/senha de acesso.

5.2.2. Contratada deverá notificar o MPDFT, com 24(vinte e quatro) horas de antecedência, quando da realização de manutenções preventivas ao sistema.

5.3. Obrigações da Contratada e do Contratante

5.3.1. Obrigações da Contratada

A Contratada obriga-se a cumprir fielmente o estipulado neste instrumento, na sua proposta e em especial:

- 5.3.1.1.** Especificar de forma clara o que a plataforma de pesquisa disponibiliza e o meio de acesso do produto ofertado.
- 5.3.1.2.** Disponibilizar o login e senha de acesso às soluções - 03 (três) acessos, em até 03 (três) dias úteis, a partir da emissão da Nota Fiscal.
- 5.3.1.3.** Disponibilizar suporte técnico, através da central de atendimento telefônico e/ou via Internet.
- 5.3.1.4.** Notificar o MPDFT, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, quando da realização de manutenções preventivas à plataforma.
- 5.3.1.5.** Não caucionar nem utilizar o contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência do MPDFT.
- 5.3.1.6.** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do contrato, sem prévia e expressa anuência do MPDFT.
- 5.3.1.7.** Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 5.3.1.8.** Apresentar, sempre que solicitado pelo gestor do contrato, no prazo máximo estipulado no pedido, documentação referente às condições exigidas no contrato.
- 5.3.1.9.** Arcar com todos os encargos diretos e indiretos que incidirem sobre a contratação, inclusive os fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, devendo apresentar, sempre que solicitada pelo MPDFT, a documentação comprobatória dos recolhimentos devidos.
- 5.3.1.10.** Recolher, no prazo estabelecido, valores referentes a penalidades de multa previstas no contrato e que lhe sejam aplicadas por meio de procedimento administrativo, decorrentes de descumprimento de obrigações contratuais.
- 5.3.1.11.** Comunicar ao gestor do contrato, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias úteis, quaisquer alterações havidas no contrato social da empresa, durante o prazo de vigência do contrato, bem como apresentar os documentos comprobatórios da nova situação. Especificar de forma clara o que a plataforma de pesquisa disponibiliza e o meio de acesso dos produtos ofertados.

5.3.2 Obrigações do Contratante

- 5.3.2.1** Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com o prazo e forma estabelecidos no Item 7 – Critérios de Medição e de Pagamento.
- 5.3.2.1** Informar à Contratada nome e telefone do gestor do contrato e seu substituto, mantendo tais dados atualizados.
- 5.3.2.3.** Anotar em registro próprio e notificar à Contratada, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do contrato, fixando prazo para a sua correção.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada (quando houver), do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, entre

outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (art. 117, caput, da Lei nº 14.133/2021).

6.7. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III)

6.8. O gestor do contrato acompanhará todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II)

6.9. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.(Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X)

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Recebimento do Objeto

7.1.1. O recebimento provisório se dará, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com a verificação quanto à liberação de acesso ao periódico, que procederá a análise de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta da Contratada.

7.1.2 O recebimento definitivo se dará, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, observando as diretrizes de recebimento da Unidade, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento provisório.

7.1.3. O gestor do contrato analisará toda documentação apresentada pela fiscalização técnica e, caso haja irregularidade que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada por escrito, as respectivas correções.

7.2. Pagamento

7.2.1. O MPDFT pagará à CONTRATADA pelo objeto efetivamente fornecido/pelo serviço efetivamente prestado até o 10º (décimo) dia da apresentação de fatura ou nota fiscal, em nome do MPDFT, CNPJ 26.989.715/0002-93, devidamente atestada pelo setor competente, por meio de depósito na conta corrente da CONTRATADA por meio de ordem bancária, ficando condicionado à comprovação da regularidade fiscal da CONTRATADA.

7.2.2. Nos casos de eventuais atrasos de pagamentos, desde que a licitante não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pelo CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será de 6% a.a (seis por cento ao ano), mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = encargos moratórios;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela a ser paga;

I = índice de atualização financeira = 0,0001643.

7.2.3. O prazo de pagamento será suspenso se os serviços forem rejeitados, ou se houver pendência de obrigação financeira, em virtude de penalidade que lhe tenha sido aplicada ou de inadimplemento contratual, fato que implicará direito a acréscimos de qualquer natureza do pagamento.

8. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

8.1. O custo estimado para esta contratação será de R\$ 2.260,00 (dois mil, duzentos e sessenta reais).

				Valor	Valor	
--	--	--	--	-------	-------	--

Item	Descrição	Unid. de Medida	Qtde.	Estimativo Unitário Mensal	Estimativo Unitário Anual	Valor Total Anual
1	Magister Net - Plataforma on-line de pesquisa jurídica	Licença	03	62,77	753,33	2.260,00

A escolha do MAGISTERNET é fundamentada em critérios técnicos que destacam sua eficiência e usabilidade. A plataforma oferece atualizações contínuas, com recursos avançados para buscas rápidas e precisas em julgados e textos legislativos. Seus diferenciais incluem uma interface com múltiplos campos delimitadores, permitindo buscas por ementas, artigos de códigos, súmulas, enunciados, precedentes e ADIs, além da possibilidade de refinar as pesquisas por frase exata, proximidade, ano, relator e área do Direito. A consolidação de diversas fontes (jurisprudência, legislação, doutrinas, modelos, etc.) em um único sistema aumenta a produtividade, proporcionando respostas rápidas e pertinentes, conforme endosso detalhado da Seção de Legislação e Jurisprudência-SELEG (1652051),.

Item	M AGISTERNET Lex Editora (1642637)	SINTESE NET IOB Informações Obj.Pub. Jurídicas Ltda. (1651776)	JUSBRASIL (1651804)
Plataforma de Pesquisa Jurídica	2.260,00	3.300,00	4.747,20 *

* Assinatura mínima até 05 (cinco) acessos.

8.2. A fim de comprovar o preço ofertado pela Lex Editora S.A., procedeu-se à pesquisa de mercado para averiguar quais eram os valores praticados em outras instituições para contratação do mesmo produto.

Na tabela abaixo, listou-se os valores de contratos firmados com outros Órgãos Públicos:

Assinatura	MPDFT (1642637)	Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro (1651813)	Procuradoria Geral do Estado do Pará (1651897)
Magister Net - Plataforma on-line de pesquisa jurídica	2.260,00	2.260,00	2.260,00

Comparando-se os valores dispostos na tabela, a proposta ofertada ao MPDFT está dentro dos praticados no mercado, conforme comprovantes anexos.

* Informações complementares

Abaixo listamos os valores das últimas contratações:

PRODUTO	Valores 2020 (08191.125640/2020-95)	Valores 2021 (08191.139412/2021-83)	Valores 2022 (19.04.4187.0004414/2022-45)	Valores 2023 (19.04.4187.0004414/2023-43)

Magister Net - Plataforma on-line de pesquisa jurídica	2.260,00	2.260,00	2.260,00	2.260,00
--	----------	----------	----------	----------

9. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União – Ministério Público da União -- Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT.

9.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT

Programa de Trabalho: Plano Interno: CDI - 35-DOCUMENT

Fonte de Recurso: 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Elemento de Despesa: 39.01.02 - Assinaturas de periódicos e anuidades

10. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. O MPDFT poderá, garantida a defesa prévia, aplicar sanções administrativas à empresa, nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2022.

10.2. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

10.2.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

10.2.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou a interesse coletivo;

10.2.3. dar causa à inexecução total do contrato;

10.2.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou qualquer outro documento que tenha sido solicitado durante a contratação;

10.2.5. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.2.6. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

10.2.7. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.2.8. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.2.8.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.2.8.2. induzir deliberadamente o julgamento a erro;

10.2.8.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.2.9. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.2.10. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/2013.

10.3 Com fulcro no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos responsáveis pelas infrações administrativas previstas no tópico 10.2 acima as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.3.1. advertência;

10.3.2. multa;

10.3.3. impedimento de licitar e contratar e

10.3.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.4.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

10.4.2. as peculiaridades do caso concreto;

10.4.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.4.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

10.4.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.5. A sanção de advertência será aplicada ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 10.2.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

10.6. A **multa** não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações previstas no tópico 10.2.

10.6.1. Caso a aplicação de multa resulte em valores exorbitantes e/ou desproporcionais, poderá ocorrer a redução do percentual aplicado a critério discricionário da Administração, sempre com a análise do caso concreto.

10.6.2. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.2.2, 10.2.3, 10.2.4 e 10.2.5, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.2.6, 10.2.7 e 10.2.8, 10.2.9 e 10.2.10, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.2.2, 10.2.3, 10.2.4 e 10.2.5 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º da Lei nº 14.133/2021.

10.9. A aplicação das sanções previstas nesse Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

Este modelo de Termo de Referência foi elaborado com base na INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 81/2022, que dispõe sobre a elaboração do Termo de Referência para aquisição de bens e a contratação de serviços, no âmbito da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, e no modelo de Termo de Referência disponibilizado pela Advocacia Geral da União.



Documento assinado eletronicamente por **GILSON CARVALHO DA SILVA, Chefe da Divisão de Biblioteca e Informação**, em 07/11/2024, às 12:39, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **WESLEY OLIVEIRA LEITE, Analista do MPU**, em 07/11/2024, às 14:49, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1642514** e o código CRC **90C76820**.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
Divisão de Biblioteca e Informação
Praça Municipal - Eixo Monumental - Brasília - DF

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA E QUANTIDADES

1. OBJETO

Contratação da assinatura do acesso on-line da plataforma de pesquisa jurídica **Magister Net**, fornecida pela Lex Editora S.A.

2. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA/ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO A SER CONTRATADO / OBJETO ADQUIRIDO

O acesso on-line da plataforma jurídica especializada, consiste:

- O acesso de banco de dados de 24 milhões de julgados selecionados dos principais tribunais do país; Mais de 24 milhões de acórdãos na íntegra, disponibilizados em formato texto; Súmulas do STF, STJ, TST, TSE e TRFs; Ações Diretas de Inconstitucionalidade atualizadas permanentemente e vinculadas à legislação; Julgados interligados com a legislação e súmulas por milhões de links de hipertexto. LEGISLAÇÃO: Legislação brasileira de hierarquia superior e inferior em mais de 125.000 normas atualizadas, consolidadas e anotadas diariamente por qualificada equipe de editores; Histórico completo das redações dos artigos desde as publicações originais; Normas correlatas interligadas por links de hipertexto em anotações remissivas; Dispositivos legais inter-

relacionados com artigos doutrinários de eminentes juristas nacionais; Artigos de lei vinculados à jurisprudência dos principais Tribunais, Súmulas e Ações de Controle de Constitucionalidade - ADIs, ADCs, ADPFs e ADOs; Atualização, consolidação e anotações feitas diariamente por equipe editorial especializada.

- Acesso a banco de base doutrinário, legislativo e jurisprudencial, com mais de 10.000 (dez mil) artigos dos mais renomados juristas nacionais, julgados dos principais tribunais brasileiros, julgados dos Tribunais Superiores e TRFs, disponibilizados na mesma data de publicação no Diário de Justiça da União e dos Estados.
- Disponibilizar a consulta de modelos de petição comentados e vinculados à legislação e doutrinas, a prazos relacionados aos principais Códigos e legislação complementar: CPC, CLT, CDC, Lei da Assistência Judiciária, Lei da Ação Civil Pública, Lei de Alimentos, Nova Lei de Entorpecentes, Lei do Divórcio, Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, entre outros. Consulta a repertório de termos jurídicos, trazendo a definição dos principais verbetes do Direito pátrio e, diariamente, as principais notícias do judiciário e do legislativo atualizadas em tempo real.
- Disponibilizar login/senha do acesso à plataforma - 03 (três) acessos, em até 03 (três) dias úteis, a partir da emissão da Nota Fiscal pela Contratada.
- Disponibilizar suporte técnico, através da central de atendimento telefônico (11) 3191-3033 e/ou via Internet (sac@lex.com.br).
- Notificar o MPDFT, com 24(vinte e quatro) horas de antecedência, quando da realização de manutenções preventivas ao sistema.



Documento assinado eletronicamente por **GILSON CARVALHO DA SILVA, Chefe da Divisão de Biblioteca e Informação**, em 07/11/2024, às 12:40, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **WESLEY OLIVEIRA**



LEITE, Analista do MPU, em 07/11/2024, às 14:49, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1642529** e o código CRC **775340F6**.

19.04.4187.0125165/2024-29

1642529v5

Ao

MINISTERIO PUBLICO DO DF E DOS TERRITORIOS

CNPJ: 26.989.715/0002.93

Praça do Buriti S/N Anexo do Trib. Ju. DF

70310- 500 – Plano Piloto – Brasília – DF

A/C Sr. Gilson Carvalho da Silva - **Chefe da Divisão Dep. Biblioteca**

PROPOSTA COMERCIAL

Objetivo da proposta: Renovação da **Plataforma Jurídica - Magisternet**, para 3 (três) usuários simultâneos, período de 12 meses, atualização diária.

Item	Descrição do Produto	Período	Usuários	Valor por usuário	Valor Total
1	Magister Net	Janeiro a dezembro de 2025	3	753,34	2.260,00

Valor da proposta: R\$ 2.260,00 (dois mil, duzentos e sessenta reais).

Forma de pagamento: Empenho

Validade da Proposta: 90 dias

Dados Bancários: Banco do Brasil S.A. (001), Agência: 303-4, Conta: 400.001-3

Prazo de Entrega: Até 3 dias após a emissão da nota fiscal

Treinamento: Treinamento online para os usuários do produto.

Porto Alegre, 01 de outubro de 2024.

LEX Editora S.A.

LEX Editora S.A.

CNPJ: 61.160.768/0001-17- Inc. Estadual: 096/3927477

Rua Dezoito de novembro, 423, conjunto 203 - Porto Alegre – RS - 90240-040

Representante Legal: Marlene de Fátima Imhoff - CPF: 319.160.070-15

Consultora de Vendas: Tânia Mara

Telefone: 11 98175 5724

E-mail: taniamara.sp@editoramagister.com

São Paulo, 24 de setembro de 2024.
MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO - CNPJ: 26.989.715/0002-93
GILSON CARVALHO DA SILVA - OUTRO DEPTO. ESPECIF - (61) 33436409

PROPOSTA Nº 692399664

Caro cliente, conforme combinado, segue a proposta mais adequada para o seu negócio. Logo abaixo você poderá visualizar os produtos/serviços, especificações e condições comerciais. Esperamos com isso atender suas expectativas. Por gentileza, retorne esse documento por e-mail, manifestando sua concordância com as condições abaixo. Segue anexo o descritivo completo de seu(s) produto(s) com todas as especificações, benefícios e demais informações.

PROPOSTA COMERCIAL IOB

Produtos	Referente a	Qtde.	Vigência	Início	Preço Base	Desc %	Preço Total
SINTESENET JURIDICO - QTDE DE USUARIOS: 3	Aquisição	1	12	24/09/2024	3.300,00	0,00	3.300,00
Total:							3.300,00

Condições de Pagamento

Forma de Pagamento: **Boleto**
Valor do Pagamento à Vista: **R\$3.300,00**
Vencimento: **31/10/2024**

Validade da Proposta

31/10/24

Tipo de Assinatura e Renovação

Contrato Anual com Renovação Automática: Para facilitar e trazer mais comodidade a você, a renovação de seu contrato será automática, garantindo as mesmas condições comerciais acordadas nesta proposta, reajustando o valor conforme o índice de preços do mercado (IGPM).

Observações

Celebração de Negociação entre as Partes

Estou ciente de todas as características e especificações dos produtos e serviços constantes neste instrumento e nos anexos, concordo com as condições comerciais e afirmo ser o decisor nesta negociação.

MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO

IOB Informações Objetivas Publicações Jurídica Ltda.

RENATO SERCONDES HUNTER

Fone: (0) 0

Email: renato.souza@iob.com.br

Data de Criação: 24/09/2024 15:09

Data da Última Alteração 2: 24/09/2024 15:09

Bem-vindo à IOB!

Conheça nossa Proposta Técnica e Contrato IOB

Proposta Técnica

Contrato

IOB. Poder para transformar.

A IOB é uma smart tech que reúne o melhor de dois mundos: conhecimento e tecnologia. Referência nas áreas fiscal, contábil, tributária, trabalhista, previdenciária e jurídica, se destaca pela credibilidade e tradição aliadas com soluções tecnológicas, humanizadas e centradas no cliente.



uma marca do
GRUPO **IOB**

Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT)

Proponente

Razão social: Goshme Soluções para Internet LTDA

Nome fantasia: Jusbrasil

CNPJ: 07.112.529/000146

Inscrição estadual: isento

Inscrição municipal: 250.883/001-13

Endereço: Rua Arthur de Azevêdo Machado, 1225, Torre Cirrus, salas 401, 402, 403 e sala 405, Costa Azul, Salvador - BA - CEP 41770-790

Considerando que:

i. O Jusbrasil é titular da plataforma "Jusbrasil" (<https://www.jusbrasil.com.br>) que, dentre outros, otimiza o acesso da população em geral a conteúdo jurídico, incluindo advogados e profissionais do direito, além de disponibilizar informações jurídicas públicas referentes à legislação e ao judiciário brasileiro.

ii. A/O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) realizou análise de mercado com o objetivo de avaliar a viabilidade de realizar contratação direta na modalidade escolhida, dispensa ou inexigibilidade, conforme art. 74 e 75 da Lei 14.133 ou art. 24 e 25 da Lei 8.666/93.

Segue Proposta Comercial visando apresentar nossos produtos e orçamento para a prestação de serviços.

Descrição do produto

O Jusbrasil para multiusuários oferece dois planos corporativos que dão acesso aos documentos da seção de Jurisprudência, Diários Oficiais, Modelos e Peças, e uso de obras do Jusbrasil Doutrina, conforme plano escolhido.

Possui dois modelos de venda/assinatura: Assinatura mensal através do cartão de crédito, realizada diretamente no site; ou Assinatura anual ou bianual, com pagamento através do boleto e descontos especiais proporcionais ao número de usuários adquiridos.

Os planos para multiusuários do Jusbrasil atendem as necessidades de escritórios de advocacia/empresas privadas e órgãos governamentais/empresas públicas que necessitam de uma quantidade maior de usuários atrelado a um mesmo pagamento.

O acesso é feito por login e senha no site do Jusbrasil (<https://www.jusbrasil.com.br/>), determinados pelo adquirente e/ou pelos usuários indicados. A equipe Jusbrasil se encarrega de habilitar as funcionalidades para os usuários solicitados em conjunto com o usuário administrador, profissional responsável por realizar a gestão de contas por parte do adquirente, que deverá ser indicado quando da contratação.

Cada acesso/usuário é individual, contempla um único usuário e é intransferível, não sendo

permitido o compartilhamento de login (veja mais detalhes em nossos [Termos de Uso](#)).

Detalhamento do Produto e Vantagens

Os planos para multiusuários do Jusbrasil adicionam **inteligência e praticidade** à sua rotina ao facilitar as tarefas do dia a dia de sua instituição, e com isso você consegue:

Economia de tempo: oferecemos um repositório único com todas as informações que você e sua equipe precisam para criar argumentações eficientes em menos tempo;

Aumento de produtividade: encontre as informações jurídicas certas para sua busca, de forma fácil e rápida, em um só lugar;

O acervo mais completo de Jurisprudência: cópias ilimitadas de decisões, acórdãos e ementas já formatadas e prontas para utilizar em suas argumentações. Além de copiar, você também poderá fazer o download dos documentos anexos. São mais de 560 sistemas de tribunais e 40 milhões de ementas ao seu dispor!

Modelos para facilitar o seu dia a dia: aposte no que já deu certo! Com uma simples busca, você encontra, copia e faz o download de modelos validados pela maior comunidade jurídica do mundo. São mais de 100 mil petições, contestações e procurações disponíveis para acesso;

Tenha as melhores referências de peças: as peças processuais disponibilizadas no Jusbrasil são ótimos documentos que podem ser utilizados como referência para a escrita de petições e elaboração de teses, consulta de fundamentos e entendimento de argumentos e conceitos jurídicos aplicados em casos reais que são trazidos nas peças, além de possibilitar o estudo da estratégia das partes.

✓ **Acervo:** Mais de 60 milhões de peças;

✓ **Fontes:** 54 fontes (incluindo STJ, STF e TST).

Busca em Diários Oficiais: contém todas as publicações relacionadas aos Diários da União, dos Estados e dos Municípios. São 363 diários oficiais disponíveis para pesquisar, navegar pelas páginas e realizar o download.

A abrangência das buscas segue a descrição a seguir:

- ✓ **DOU:** todas as seções de 1890-2023
- ✓ **DJU:** seções 1, 2 e 3 de 2004-2007
- ✓ **Legislação:** 1970-2023
- ✓ **Consulta processual:** todos os TJs, TRTs, TRFs e superiores

Reunimos mais de **110 milhões de julgados** e milhares de súmulas, de **96 sistemas de tribunais** e com ementa pré-formatada para citação. A busca inteligente entende sinônimos, destaca julgados qualificados e traz primeiro o que é mais relevante. As jurisprudências são referente aos Tribunais listados abaixo:

- | | |
|---------------------------|----------------------------|
| ✓ Jurisprudência do STF | ✓ Jurisprudência do TRF-5 |
| ✓ Jurisprudência do STJ | ✓ Jurisprudência dos TREs |
| ✓ Jurisprudência do TSE | ✓ Jurisprudência dos TRTs |
| ✓ Jurisprudência do TST | ✓ Jurisprudência dos TJs |
| ✓ Jurisprudência do STM | ✓ Jurisprudência do TCE-BA |
| ✓ Jurisprudência do TNU | ✓ Jurisprudência do TCE-MG |
| ✓ Jurisprudência do CNJ | ✓ Jurisprudência do TCE-MS |
| ✓ Jurisprudência do TCU | ✓ Jurisprudência do TCE-PE |
| ✓ Jurisprudência do TRF-1 | ✓ Jurisprudência do TCE-PR |
| ✓ Jurisprudência do TRF-2 | ✓ Jurisprudência do TJM-MG |
| ✓ Jurisprudência do TRF-3 | ✓ Jurisprudência do TJM-SP |
| ✓ Jurisprudência do TRF-4 | |

Também disponibilizamos um acervo amplo e organizado com uma busca precisa para otimizar a sua pesquisa de Leis, Códigos e Decretos de todo país.

Biblioteca jurídica completa: o Jusbrasil Doutrina possui mais de 1200 obras disponíveis e possibilita o cruzamento eficiente entre uma informação curada e de altíssima qualidade produzida pelos principais autores e autoras do mundo do Direito e os demais artefatos disponíveis no site, tais como legislação, jurisprudência, peças, artigos e notícias.

Com o Jusbrasil Doutrina, é possível realizar uma busca granular em todos os livros de Direito disponíveis na plataforma de uma única vez, e encontrar exatamente o trecho que melhor responde àquela consulta, sem que seja necessário consumir todo o conteúdo, uma obra de cada vez.

Planos

Oferecemos dois tipos de planos:

Pesquisa Jurídica Básica: permite a consulta, a cópia e o download de Jurisprudências, Diários Oficiais, Modelos e Peças. O plano também conta com o serviço de **consulta de processos**, que é abrangente em todo o país, buscando por CPF, nome ou nº CNJ. Com isso, é possível consultar processos, acessar os autos e acompanhar até 5 processos simultaneamente para ter notificações por e-mail sobre novas movimentações

Pesquisa Jurídica Avançada: permite a consulta, a cópia e o download de Jurisprudências, Diários Oficiais, Modelos e Peças, assim como a leitura de obras da Revista dos Tribunais, a busca por conteúdo dentro das obras e a cópia de referências com formatação ABNT. O plano também conta com o serviço de **consulta de processos**, que é abrangente em todo o país, buscando por CPF, nome ou nº CNJ. Com isso, é possível consultar processos, acessar os autos e acompanhar até 5 processos simultaneamente para ter notificações por e-mail sobre novas movimentações.

Pacotes Jusbrasil para Organizações

PACOTE ESSENCIAL

- Até 5 usuários
- Pagamento via boleto ou transferência bancária
- Ambiente de gestão de contas e relatórios de uso
- Gerente de contas exclusivo
- Plano: **Pesquisa Avançada**
 - Consulta, a cópia e o download de Jurisprudências, Diários Oficiais, Modelos e Peças;
 - **Leitura de obras da Revista dos Tribunais, a busca por conteúdo dentro das obras e a cópia de referências com formatação ABNT;**
 - Acompanhamento e consulta de até 5 processos, acesso aos autos, notificações por e-mail sobre novas movimentações.

Boleto anual: de R\$ 5.934,00 por **R\$ 4.747,20 (20% de desconto);**

Forma de pagamento: Boleto no valor anual/bianual. Declaramos que todos os impostos, fretes e demais gastos estão incluídos.

***Atenção:** os valores e descontos apresentados permanecem até a data de validade da proposta, sendo passíveis de alteração posteriormente.*

Responsável

Nathan Lana - nathan.lana@jusbrasil.com.br
Representante Comercial

Validade da proposta: 30 dias

sexta-feira, 25 de outubro de 2024

Ao aceitar a presente proposta, você declara que leu e concorda com os [Termos de Uso](#) e com a [Política de Privacidade](#) do JusBrasil.

NFS-e - NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA

Nº:2024/104

Emitida em:
26/09/2024 às 10:48:05

Competência:
26/09/2024

Código de Verificação:
fcfc4c01



LEX EDITORA S.A.

CPF/CNPJ: 61.160.768/0001-17

R DEZOITO DE NOVEMBRO, 423, AP/SL 203 , NAVEGANTES - Cep: 90240-040

Porto Alegre

Telefone: (51)3191-3033

Inscrição Municipal: 32741421

RS

Email: nfe@lex.com.br

Tomador do(s) Serviço(s)

CPF/CNPJ: 28.060.424/0002-41

Inscrição Municipal: Não Informado

RIO DE JANEIRO PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

RUA DO CARMO, 27, 117, CENTRO - Cep: 20011-900

Rio De Janeiro

Telefone: (21)2332-9310

RJ

Email: AAFCEJUR@PGE.RJ.GOV.BR

Discriminação do(s) Serviço(s)

1 MAGISTER NET - 09/24 a 09/25 - NOVA - R\$ 2.260,00

1 ORMDA - REV. NACIONAL DE DIREITO DE FAMILIA E SUCESS - OL - 09/24 a 09/25 - NOVA - R\$ 620,00

1 ORMDC - REV. MAGISTER DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL - OL - 09/24 a 09/25 - NOVA - R\$ 620,00

1 ORMDE - REV. BRASILEIRA DE DIR COMERCIAL, EMP, CONC E DO CONS - OL - 09/24 a 09/25 - NOVA - R\$ 620,00

1 ORMDA - REV. MAGISTER DIREITO AMBIENTAL - OL - 09/24 a 09/25 - NOVA - R\$ 620,00

1 ORMDT - REV. MAGISTER DE DIREITO DO TRABALHO - OL - 09/24 a 09/25 - NOVA - R\$ 620,00

1 ORBDP - REV. BRASILEIRA DIREITO PREVIDENCIARIO - OL - 09/24 a 09/25 - NOVA - R\$ 620,00

1 ORBDH - REV. BRASILEIRA DE DIREITOS HUMANOS - OL - 09/24 a 09/25 - NOVA - R\$ 525,00

1 ORCON - REV. BRASILEIRA DE DIREITO CONTRATUAL - OL - 09/24 a 09/25 - NOVA - R\$ 525,00

1 ORLDA - REV. LEX DE DIREITO ADMINISTRATIVO - OL - 09/24 a 09/25 - NOVA - R\$ 315,00

1 OTRIB - REV. DIREITO TRIBUTARIO E FINANÇAS PUBLICA - OL - 09/24 a 09/25 - NOVA - R\$ 620,00

Valor Líquido: R\$ 7.965,00

Forma de Pagamento: EM - 25/10/2024 - R\$ 7.212,31

Número do Pedido: 1488133 / 719

Entrega: ROMULO NILVES - JURÍDICO

Nota de Empenho: 2024NE00928 - Processo: SEI-140001/018306/2024

Dados Bancários para Depósito

Banco: 001 - Banco do Brasil - Agência: 0303-4 - Conta Corrente: 400001-3

Código de Tributação Municipal:

10900100 / Provimento de conteúdo para a internet

Subitem Lista de Serviços LC 116/03 / Descrição:

1.09 / Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de serviço de acesso condicionado, de que trata a lei no 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao icms).

Cod/Município da incidência do ISSQN:

4314902 / Porto Alegre

Natureza da Operação:

Tributação no município

Valor dos serviços: R\$ 7.965,00

(-) Descontos: R\$ 0,00

(-) Retenções Federais: R\$ 752,69

(-) ISS Retido na Fonte: R\$ 0,00

Valor Líquido: R\$ 7.212,31

Valor dos serviços: R\$ 7.965,00

(-) Deduções: R\$ 0,00

(-) Desconto Incondicionado: R\$ 0,00

(=) Base de Cálculo: R\$ 7.965,00

(x) Alíquota: 2%

(=)Valor do ISS: R\$ 159,30

Retenções Federais:

PIS: R\$ 51,77 COFINS: R\$ 238,95 IR: R\$ 382,32 CSLL: R\$ 79,65



Prefeitura de Porto Alegre - Secretaria da Fazenda

Rua Siqueira Campos, 1300 - 4º andar - Bairro Centro Histórico - CEP: 90.010-907 - Porto Alegre RS.

Tel: 156 (opção 4) ou (51) 3289-0156 (chamadas de outras cidades)

https://servicos.procempa.com.br

NFS-e - NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA

Nº:2023/172

Emitida em:
12/12/2023 às 16:16:32Competência:
12/12/2023Código de Verificação:
6d6e9989

LEX EDITORA S.A.

CPF/CNPJ: 61.160.768/0001-17

R DEZOITO DE NOVEMBRO, 423, AP/SL 203, NAVEGANTES - Cep: 90240-040

Porto Alegre

Telefone: (51)3191-3033

Inscrição Municipal: 32741421

RS

Email: nfe@lex.com.br

Tomador do(s) Serviço(s)

CPF/CNPJ: 34.921.759/0001-29

Inscrição Municipal: Não Informado

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARA

RUA DOS TAMOIOS, 1671, BATISTA CAMPOS - Cep: 66025-540

Belem

PA

Telefone: (91)3344-2704

Email: CESTUDOS@PGE.PA.GOV.BR

Discriminação do(s) Serviço(s)

1 MAGISTER NET - 01/24 a 12/24 - RENOVA - R\$ 2.260,00

1 ORMDC - REV. MAGISTER DIREITO CIVIL - OL - 01/24 a 12/24 - RENOVA - R\$ 880,00

1 ORBDC - REV. BRASILEIRA DE DIREITO COMERCIAL - OL - 01/24 a 12/24 - RENOVA - R\$ 880,00

1 ORMDA - REV. MAGISTER DIREITO AMBIENTAL - OL - 01/24 a 12/24 - RENOVA - R\$ 880,00

1 ORMDT - REV. MAGISTER DE DIREITO DO TRABALHO - OL - 01/24 a 12/24 - RENOVA - R\$ 880,00

1 OTRIB - REV. DIREITO TRIBUTARIO E FINANÇAS PUBLICA - OL - 01/24 a 12/24 - RENOVA - R\$ 880,00

1 ORBDP - REV. BRASILEIRA DIREITO PREVIDENCIARIO - OL - 01/24 a 12/24 - RENOVA - R\$ 880,00

1 ORBDH - REV. BRASILEIRA DE DIREITOS HUMANOS - OL - 01/24 a 12/24 - RENOVA - R\$ 880,00

1 ORCON - REV. BRASILEIRA DE DIREITO CONTRATUAL - OL - 01/24 a 12/24 - RENOVA - R\$ 880,00

1 ORLDA - REV. LEX DE DIREITO ADMINISTRATIVO - OL - 01/24 a 12/24 - RENOVA - R\$ 880,00

Valor Líquido: R\$ 10.180,00

Forma de Pagamento: EM - 11/01/2024 - R\$ 9.691,36

Número do Pedido: 1486138 / 719

Entrega: RAFAEL ROLO - JURÍDICO

Empenho: 2023.250103NE000259

Processo: 2023/1376732

Número Prd: 2510320232023000152

Dados Bancários para Depósito

Banco: 001 - Banco do Brasil - Agência: 0303-4 - Conta Corrente: 400001-3

Código de Tributação Municipal:

10900100 / Provitmento de conteúdo para a internet

Subitem Lista de Serviços LC 116/03 / Descrição:

1.09 / Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de serviço de acesso condicionado, de que trata a lei no 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao icms).

Cod/Município da incidência do ISSQN:

4314902 / Porto Alegre

Natureza da Operação:

Tributação no município

Valor dos serviços: R\$ 10.180,00

Valor dos serviços: R\$ 10.180,00

(-) Descontos: R\$ 0,00

(-) Deduções: R\$ 0,00

(-) Retenções Federais: R\$ 488,64

(-) Desconto Incondicionado: R\$ 0,00

(-) ISS Retido na Fonte: R\$ 0,00

(=) Base de Cálculo: R\$ 10.180,00

Valor Líquido: R\$ 9.691,36

(x) Alíquota: 2%

(=)Valor do ISS: R\$ 203,60

Retenções Federais:

IR: R\$ 488,64



Prefeitura de Porto Alegre - Secretaria da Fazenda

Rua Siqueira Campos, 1300 - 4º andar - Bairro Centro Histórico - CEP: 90.010-907 - Porto Alegre RS.

Tel: 156 (opção 4) ou (51) 3289-0156 (chamadas de outras cidades)

<https://servicos.procempa.com.br>



CARTA DE EXCLUSIVIDADE

Porto Alegre, 21 de agosto de 2024.

A Câmara Rio-Grandense do Livro, CNPJ nº. 03.042.751/0001-69, com sede na Praça Osvaldo Cruz, nº. 15 – Conjunto 1708, na cidade de Porto Alegre, atesta para fins de direito, conforme declaração expressa de sua associada, Editora Magister Ltda., CNPJ nº. 92.703.453/0001-00, sediada na Alameda Coelho Neto, nº. 20 – 3º andar, na cidade de Porto Alegre, que os produtos abaixo relacionados são de sua **exclusiva edição e publicação** e são de comercialização e distribuição exclusiva da Empresa LEX Editora S/A, com sede à Rua da 18 de Novembro, 423 – sala 203 – Bairro navegantes – Porto Alegre - RS – CEP: 90240-040- CNPJ nº 61.160.768/0001-17 e Inscrição Estadual nº 096/3927477, dispensando-a da exigibilidade de licitação junto às Entidades da Administração Pública direta e indireta.

- Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil – impressa e On-line
- Revista Magister de Direito do Trabalho – impressa e On-line
- Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal – impressa e On-line
- Revista Brasileira de Direito Comercial – impressa e On-line
- Revista Magister de Direito Ambiental e Urbanístico – impressa e On-line
- Revista Brasileira de Direito Tributário e Finanças Públicas – impressa e On-line
- Revista Brasileira de Direito Previdenciário – impressa e On-line
- Revista Brasileira de Direitos Humanos – impressa e On-Line
- Revista Nacional de Direito de Família e Sucessões – impressa e On-Line
- Revista Brasileira de Direito Contratual – impressa e On-Line
- Magister NET

Validade 180 dias

A presente carta de exclusividade tem validade em todo o território nacional.

MAXIMILIANO BORDON LEDUR

Presidente da Câmara Rio-Grandense do Livro

* psg Nº 1325

DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Declaramos, sob as penas da lei e para fins de contratação com o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, que nos quadros societários da empresa **LEX EDITORA S.A.**, inscrita no CNPJ nº. 61.160.768/0001-17, sediada em Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul, na Rua Dezoito de novembro, 423, conjunto 203, CEP 90240-040, por intermédio de sua representante legal Sra. Marlene de Fátima Imhoff, portadora da Carteira de Identidade nº. 1022258063 – SSP/RS, inexistem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou servidor investido em cargo de direção e de assessoramento, nos termos da Resolução Nº 172, de 4 de julho de 2017, que altera o art. 3º, *caput*, da Resolução CNMP Nº 37/2009.

Porto Alegre, 01 de outubro de 2024.

LEX Editora S.A.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 61.160.768/0001-17
Razão Social: LEX EDITORA S A
Endereço: R DEZOITO DE NOVEMBRO 423 SALA 203 / NAVEGANTES / PORTO ALEGRE / RS / 90240-040

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 22/10/2024 a 20/11/2024

Certificação Número: 2024102219270444732828

Informação obtida em 05/11/2024 13:50:18

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: LEX EDITORA S A
CNPJ: 61.160.768/0001-17

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 09:03:11 do dia 09/10/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 07/04/2025.

Código de controle da certidão: **B8B2.D795.A93E.3763**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: LEX EDITORA S A (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 61.160.768/0001-17

Certidão nº: 76740806/2024

Expedição: 05/11/2024, às 13:47:15

Validade: 04/05/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **LEX EDITORA S A (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **61.160.768/0001-17**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

CNPJ: **61.160.768/0001-17**
A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial: **LEX EDITORA S A**

Situação Atual

Situação no Simples Nacional: **NÃO optante pelo Simples Nacional**
Situação no SIMEI: **NÃO enquadrado no SIMEI**

+ Mais informações

Períodos Anteriores

Opções pelo Simples Nacional em Períodos Anteriores: **Não Existem**

Enquadramentos no SIMEI em Períodos Anteriores: **Não Existem**

Eventos Futuros (Simples Nacional)

Não Existem

Eventos Futuros (SIMEI)

Não Existem

Informações de Períodos como MEI Transportador Autônomo de Cargas

Não Existem

Voltar Gerar PDF

FILTROS APLICADOS:

Cadastro: CEIS
Nome sancionado: LEX EDITORA S.A.
CPF / CNPJ sancionado: 61.160.768/0001-17

LIMPAR

Data da consulta: 05/11/2024 13:51:10
Data da última atualização: 11/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 11/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP) , 11/2024 (Diário Oficial da União - CEAF) , 11/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 11/2024 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM)

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

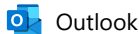
Certidão Negativa

Certifico que nesta data (05/11/2024 às 13:57) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 61.160.768/0001-17.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 672A.4E7A.9D31.1850 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



Outlook

Escolha técnica da Magisternet

De Ernesto Guerra de Aragão <Ernesto@mpdft.mp.br>**Data** Qua, 06/11/2024 13:59**Para** Gilson Carvalho da Silva <GilsonS@mpdft.mp.br>

Em resposta à solicitação, realizamos uma análise detalhada de três ferramentas jurídicas de pesquisa disponíveis no mercado (SinteseNet, Jusbrasil e MagisterNet), com foco na plataforma MAGISTERNET, atualmente utilizada pela Seção de Legislação e Jurisprudência (SLJ) para a pesquisa de legislação, jurisprudência e doutrinas.

A escolha do MAGISTERNET se fundamenta em critérios técnicos que demonstram sua superioridade em eficiência e usabilidade. A plataforma é atualizada continuamente, permitindo buscas rápidas e eficazes de julgados e textos legislativos. Um dos principais diferenciais do MAGISTERNET é sua interface que oferece múltiplos campos delimitadores, possibilitando buscas por ementas, artigos de códigos, súmulas, enunciados, precedentes e Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs). Além disso, permite a delimitação das pesquisas por frase exata ou proximidade, ano, relator e área do Direito (Civil, Penal, Trabalhista e Eleitoral), o que resulta em um processo de pesquisa mais preciso e eficiente.

A consolidação de diferentes tipos de busca em um único ambiente — abrangendo jurisprudência, legislação, doutrinas, petições, modelos, dicionários, súmulas, enunciados e precedentes — maximiza a produtividade da SLJ, permitindo que os profissionais concentrem seus esforços em um sistema que oferece respostas rápidas e pertinentes.

Diante da análise técnica realizada, que levou em consideração a funcionalidade e a adequação da ferramenta às necessidades do MPDFT, e considerando que o MAGISTERNET tem sido utilizado com sucesso e sem intercorrências ao longo dos anos, esta Seção recomenda a contratação da assinatura do MAGISTERNET como a solução mais apropriada para a realização das pesquisas jurídicas.

Atenciosamente,

Ernesto Guerra de Aragão
Chefe da Seção de Legislação e Jurisprudência/ DIBI/CDI



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
Divisão de Biblioteca e Informação
Praça Municipal - Eixo Monumental - Brasília - DF

DESPACHO ADMINISTRATIVO

À CDI,

1. Para conhecimento.
2. Outrossim, para registro, informo que a servidora Dulcineide Camargo Santos - Mat. 2901, uma das integrantes da comissão responsável pelo planejamento das contratações encontra-se de férias - (04/11/2024 a 13/11/2024).
3. Após, à Secretaria-Geral para apreciação do Termo de Referência.



Documento assinado eletronicamente por **GILSON CARVALHO DA SILVA, Chefe da Divisão de Biblioteca e Informação**, em 07/11/2024, às 15:39, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1692638** e o código CRC **A51F7714**.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
Coordenadoria de Documentação e Informação
Praça Municipal - Eixo Monumental - Brasília - DF

DESPACHO ADMINISTRATIVO

1. Ciente da elaboração do Termo de Referência.
2. À consideração da Exma. Sra. Secretária-Geral.

Respeitosamente,

GILSON CARVALHO DA SILVA
Coordenador de Documentação e Informação Substituto



Documento assinado eletronicamente por **GILSON CARVALHO DA SILVA, Coordenador de Documentação e Informação Substituto(a)**, em 07/11/2024, às 15:53, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1693237** e o código CRC **9886BBDD**.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
Secretaria-Geral - SG
Praça Municipal - Eixo Monumental - Brasília - DF

DESPACHO ADMINISTRATIVO

De ordem, à AGOV para providências



Documento assinado eletronicamente por **RUDMILA DE OLIVEIRA ROCHA, Analista do MPU**, em 07/11/2024, às 16:15, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1693442** e o código CRC **9E05E2B7**.

19.04.4187.0125165/2024-29

1693442v2



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
Assessoria de Governança das Contratações e Gestão
Sustentável

Praça Municipal - Eixo Monumental - Brasília - DF

DESPACHO ADMINISTRATIVO

1. Foram realizados os registros para fins de acompanhamento do Plano de Contratações Anual 2024. A unidade demandante informou no Documento de Formalização da Demanda nº [1642480](#) que a contratação está prevista no PCA por meio do ID **CDI-008** (plataforma jurídica online de pesquisa doutrinária, em legislação e jurisprudência.). Por fim, cumpre informar que a referida contratação não tem condição de tramitação relacionada à disponibilidade orçamentária.

2. Remeto os autos à **SOF** para verificação de disponibilidade orçamentária.

(assinado eletronicamente)

NATHANAEL MILITÃO PINTO

Assessoria de Governança das Contratações e Gestão
Sustentável



Documento assinado eletronicamente por **NATHANAEL MILITÃO PINTO, Assessor(a) Chefe de Apoio Operacional**, em 08/11/2024, às 21:33, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site
https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?



acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
informando o código verificador **1700341** e o código CRC
C384F4A8.

19.04.4187.0125165/2024-29

1700341v4



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
Secretaria de Orçamento e Finanças - SOF
Praça Municipal - Eixo Monumental - Brasília - DF

DESPACHO ADMINISTRATIVO

1. À Subsecretaria de Programação Orçamentária e Financeira, para análise e manifestação quanto à disponibilidade orçamentária, conforme solicitado.
2. Na existência de disponibilidade orçamentária, encaminhe-se à Secretaria de Controle Interno, para demais providências.

Brasília, 11 de novembro de 2024.

LUCIANA FORMIGA RODOLFO VASCONCELOS DE OLIVEIRA,
Secretária de Orçamento e Finanças Adjunta, SG/MPDFT



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA FORMIGA RODOLFO VASCONCELOS DE OLIVEIRA, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 11/11/2024, às 12:47, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1701202** e o código CRC **B744C4D0**.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
Subsecretaria de Programação Orçamentária e Financeira - SOF
Praça Municipal - Eixo Monumental - Brasília - DF

DESPACHO ADMINISTRATIVO

À SEPOR para análise e providências.



Documento assinado eletronicamente por **SIDNEY DA COSTA LIMA, Subsecretário(a)**, em 11/11/2024, às 16:52, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1703846** e o código CRC **7F23FA00**.

19.04.4187.0125165/2024-29

1703846v2



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
Seção de Programação Orçamentária - SOF
Praça Municipal - Eixo Monumental - Brasília - DF

DESPACHO ADMINISTRATIVO

Senhor Subsecretário de Programação Orçamentária e Financeira,

Informamos que foi emitida a Nota de Bloqueio nº 940/2024, conforme solicitação constante no Despacho AGOV/SG (1700341).

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCA KATIA REGIS DA CUNHA, Chefe de Seção**, em 12/11/2024, às 12:29, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1705308** e o código CRC **609EA4BB**.

Nota de Bloqueio - 0940/2024

Processo nº : 41870.125165/24-29

Informamos que efetuamos o bloqueio dos recursos para realização da despesa solicitada, conforme abaixo especificado:

Programa de Trabalho: 03062003142610053

Programa de Trabalho Resumido: 172152 - PO 0001 - DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESS

Elemento de Despesa: 339039 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Plano Interno: 35-DOCUMENTEN - DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

Fonte: 100

Valor: 2.260,00

(dois mil , duzentos e sessenta reais)

Código	Identificador de Despesa	Valor
39.01.02	assinaturas de periódicos e anuidades	2.260,00
Total :		2.260,00

Observação

CONTRATAÇÃO DA ASSINATURA DO ACESSO ON-LINE DA PLATAFORMA DE PESQUISA JURÍDICA MAGISTER NET, FORNECIDA PELA LEX EDITORA S.A.

Matrícula: 061395 Nome: BRUNO LUIZ DE DEUS ADAO

Brasília - DF, 11 de Novembro de 2024

De acordo

Encaminhe-se a SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

SIDNEY DA COSTA LIMA
Subsecretário de Programação Orç. e Financeira



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

Subsecretaria de Programação Orçamentária e Financeira - SOF

Praça Municipal - Eixo Monumental - Brasília - DF

DESPACHO ADMINISTRATIVO

De acordo com o Despacho Administrativo 1705308 SEPOR.

À Secretaria de Controle Interno para prosseguimento, conforme solicitado.



Documento assinado eletronicamente por **SIDNEY DA COSTA LIMA, Subsecretário(a)**, em 12/11/2024, às 15:17, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1707537** e o código CRC **8549E68C**.

19.04.4187.0125165/2024-29

1707537v2



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
Secretaria de Controle Interno
Praça Municipal - Eixo Monumental - Brasília - DF

DESPACHO ADMINISTRATIVO

À SECTrans para análise processual e emissão de Relatório de Conformidade.

(assinado eletronicamente)

MARLI DE SOUSA REGO

Secretária de Controle Interno



Documento assinado eletronicamente por **MARLI DE SOUSA REGO, Secretário(a) de Controle Interno**, em 12/11/2024, às 15:20, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1707596** e o código CRC **1E66761F**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

RELATÓRIO DE VERIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE DO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Este relatório tem por objetivo analisar os documentos de planejamento da demanda, com vistas a identificar os requisitos obrigatórios da contratação, estabelecidos nas Portarias Normativas PGJ nº 876 e 877, de 3 de fevereiro de 2023, na Lei nº 14.133/2021 e legislação correlata.

Objeto da Contratação:

Contratação da assinatura de acesso à plataforma jurídica Magister Net sistema-único on-line de pesquisa doutrinária, jurisprudencial e legislativa, fornecida pela Lex Editora S.A.

1. Instrução Processual

1.1 Documento de Formalização da Demanda:

Sim

Observações/sugestões:

-

1.2 Comissão de Planejamento:

Portaria Vigente

Outro:

PORTARIA SG Nº 125 - PGJ/SG

1.3 Previsão no PCA:

ID

ID:

ID CDI-008

Execução mediante disponibilidade orçamentária:

Não

1.4 Previsão no PDTI (apenas STI):

Não Aplicável

2. Estudo Técnico Preliminar

2.1 Requisitos Identificados:

Descrição da necessidade da contratação:

Não

Requisitos da contratação/Sustentabilidade:

Não

Levantamento de mercado:

Não

Descrição da solução como um todo:

Não

Estimativas das quantidades:

Não

Estimativas do valor da contratação:

Não

Justificativas para o parcelamento:

Não

Contratações correlatas e/ou interdependentes:

Não

Previsão no PCA:

Não

Resultados Pretendidos:

Não

Providências prévias ao contrato:

Não

Impactos ambientais e ações mitigadoras:

Não

Plano de Sustentação (apenas TI):

Não Aplicável

Estratégia de continuidade contratual (apenas TI):

Não Aplicável

Posicionamento conclusivo:

Não

Observações:

1-) ETP dispensado, conforme diz o Art. 1º da Portaria 1000 de 2024, o qual altera a portaria 876, de 3 de fevereiro de 2023, a saber:

"Art. 12.

II dispensada nos casos de contratações com valores inferiores a 15% (quinze por cento)

do valor disposto no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021".

3. Mapa de Riscos da Contratação:

Observações/Sugestões:

Observações/Sugestões:

2-) Mapa de Riscos dispensado, segundo o disposto no § 1º do art. 9º da Portaria Normativa nº 876, de 3 de fevereiro de 2023, o qual diz que: "Fica dispensado o Mapa de Riscos na elaboração do ETP simplificado previsto no §1º do art. 12 desta Portaria."

4. Termo de Referência:

Verificados os requisitos necessários e obrigatórios, dispostos na Portaria nº 877, de 03/02/2023

Observações/Sugestões:

-

5. Conclusão:

Opina-se pela continuidade da contratação

Ajustes:

-

Ressalta-se que foram analisados os aspectos técnicos, no que diz respeito ao cumprimento dos normativos elencados neste parecer, ressalvadas as questões sob responsabilidade da área técnica demandante (justificativas, especificações, levantamento de mercado, quantitativos, viabilidade da contratação, avaliação dos riscos, erros formais, dentre outros) e a conveniência e oportunidade da contratação que se inserem, exclusivamente, no âmbito de competência da área técnica responsável e da autoridade superior competente.

Documento assinado eletronicamente por **JONAS GOMES DE**



CASTRO, Técnico do MPU, em 14/11/2024, às 14:37, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1712664** e o código CRC **2F96AC72**.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
Seção de Controle das Contratações e Transparência
Praça Municipal - Eixo Monumental - Brasília - DF

DESPACHO ADMINISTRATIVO

1. De acordo com o Relatório de Conformidade 1712664.
2. À consideração da Secretária de Controle Interno.



Documento assinado eletronicamente por **JADSON MARTINS BENEDITO, Técnico do MPU**, em 14/11/2024, às 15:04, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1716264** e o código CRC **AD3413E6**.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
Secretaria de Controle Interno
Praça Municipal - Eixo Monumental - Brasília - DF

DESPACHO ADMINISTRATIVO

1. De acordo com o Relatório de Conformidade 1712664.
2. À consideração superior da Sra. Secretária-Geral Adjunta.

(assinado eletronicamente)

MARLI DE SOUSA REGO

Secretária de Controle Interno



Documento assinado eletronicamente por **MARLI DE SOUSA REGO, Secretário(a) de Controle Interno**, em 14/11/2024, às 16:18, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1717047** e o código CRC **2C72CCE3**.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
Secretaria-Geral - SG
Praça Municipal - Eixo Monumental - Brasília - DF

DESPACHO ADMINISTRATIVO

De acordo com o Relatório de Conformidade 1712664.

Dando continuidade à contratação, à **SLIC** para as demais ações.



Documento assinado eletronicamente por **HENRIQUE NEVES ROCHA ALVES, Secretário-Geral Adjunto Substituto**, em 14/11/2024, às 16:21, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1717068** e o código CRC **8C8032F8**.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
Secretaria de Licitação - SLIC
Praça Municipal - Eixo Monumental - Brasília - DF

DESPACHO ADMINISTRATIVO

À SUCOMP para as providências pertinentes.



Documento assinado eletronicamente por **ANA LUISA CARDOSO ZARDIM, Secretária de Licitação**, em 14/11/2024, às 16:57, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdf.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1717391** e o código CRC **84847ECC**.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 61.160.768/0001-17
Razão Social: LEX EDITORA S A
Endereço: R DEZOITO DE NOVEMBRO 423 SALA 203 / NAVEGANTES / PORTO ALEGRE / RS / 90240-040

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 10/11/2024 a 09/12/2024

Certificação Número: 2024111001580444732860

Informação obtida em 19/11/2024 13:13:47

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
Subsecretaria de Compras
Praça Municipal - Eixo Monumental - Brasília - DF

DESPACHO ADMINISTRATIVO

**SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE LICITAÇÃO
SUBSECRETARIA DE COMPRAS**

Processo SEI nº 19.04.4187.0125165/2024-29

**Assunto: Contratação da assinatura Magister Net -
Plataforma on-line de pesquisa jurídica.**

Favorecido: LEX EDITORA S/A.

Interessado: Divisão de Biblioteca e Informação - CDI

**Valor total: R\$ 2.260,00 (dois mil e duzentos e sessenta
reais)**

Sr^a. Chefe da Seção de Pesquisa de Preços,

Solicito providências visando à contratação da empresa **LEX EDITORA S/A.** para contratação da assinatura do acesso on-line da plataforma de pesquisa jurídica Magister Net,

pelo período de 12 (doze) meses, por **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, fundamentada pelo art. 74, inciso I, da Lei 14.133/21.

Em 19 de novembro de 2024

MARCELO DE FREITAS
Subsecretário de Compras



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO DE FREITAS, Subsecretário(a)**, em 19/11/2024, às 13:30, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1724942** e o código CRC **DBAAC86A**.

19.04.4187.0125165/2024-29

1724942v3



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 61.160.768/0001-17 DUNS®: 900004326
Razão Social: LEX EDITORA S A
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 23/10/2025
Natureza Jurídica: SOCIEDADE ANÔNIMA FECHADA
MEI: Não
Porte da Empresa: Demais

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).

Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	07/04/2025	Automática
FGTS	Validade:	09/12/2024	Automática
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	21/04/2025	Automática

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal (Possui Pendência)

Receita Estadual/Distrital	Validade:	06/12/2024
Receita Municipal	Validade:	18/11/2024 (*)

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 30/06/2025

Emitido em: 26/11/2024 15:23

CPF: 114.XXX.XXX-68 Nome: ANTONIA DE FATIMA PEIXOTO

Ass: _____

1 de 1



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
Seção de Pesquisa de Preços - SDA
Praça Municipal - Eixo Monumental - Brasília - DF

RELATÓRIO CONCLUSIVO/INEXIGIBILIDADE/LICITAÇÃO

**SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE COMPRAS**

PROCESSO N. 19.04.4187.0125165/2024-29

**ASSUNTO: Contratação da assinatura da Magister Net -
Plataforma on-line de pesquisa jurídica.**

INTERESSADO: Divisão de Biblioteca e Informação - DIBI

Sr. Subsecretário de Compras,

Restituímos o presente processo a V.S^a relatando de forma resumida os procedimentos referentes à contratação da assinatura da Magister Net - Plataforma on-line de pesquisa jurídica.

DA SOLICITAÇÃO DA COMPRA/SERVIÇO:

A Divisão de Biblioteca e Informação - DIBI, por meio do Documento de Formalização da Demanda (peça 1642480),

termo de referência (peça 1642514) e especificação técnica (peça 1642529), solicita a contratação da assinatura da Magister Net – Plataforma on-line de pesquisa jurídica.

DA PREVISÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

Diante do valor estimado pela área demandante em R\$ 2.260,00 (dois mil e duzentos e sessenta reais) foi solicitado à SOF a referida disponibilização orçamentária, que foi atendida, conforme Nota de Bloqueio n.º 0940/2024 (peça 1707529).

DA COMPROVAÇÃO DE EXCLUSIVIDADE:

O referido produto comercializado e distribuído com exclusividade pela Lex Editora S/A, conforme Carta de Exclusividade da Câmara Rio-Grandense do Livro (peça: 1651930).

DA JUSTIFICATIVA DE PREÇO:

O preço do referido serviço é compatível com o praticado no âmbito da Administração Pública, conforme documentos de peças 1651804, 1651813 e 1651897, e item 8 do Termo de Referência de peça 1642514.

DA REGULARIDADE FISCAL:

A empresa apresentou declaração de parentesco (peça 1651946), e demonstrou situação regular relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, à Certidão Conjunta Negativa de Tributos Federais e Dívida Ativa da União, ao Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, ao Portal

Transparência - CEIS, ao Cadastro Nacional de Condenações por Ato de Improbidade Administrativa - CNJ (peças 1652037 e 1746867).

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Diante da inviabilidade de competição comprovada nos autos, entendo ser cabível a hipótese de Inexigibilidade, art. 74, inciso I, da Lei 14.133/21, conforme despacho de peça 1724942.

Em, 26 de novembro de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **RAYANE LUIZA PASSOS DA SILVA LIMA, Técnico do MPU**, em 26/11/2024, às 18:20, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIA DE FATIMA PEIXOTO LIMA, Chefe de Seção**, em 26/11/2024, às 18:23, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1747235** e o código CRC **400FFA20**.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
Subsecretaria de Compras
Praça Municipal - Eixo Monumental - Brasília - DF

DESPACHO ADMINISTRATIVO

**SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE LICITAÇÃO
SUBSECRETARIA DE COMPRAS**

Processo SEI nº 19.04.4187.0125165/2024-29

Assunto: Contratação da assinatura Magister Net - Plataforma on-line de pesquisa jurídica.

Favorecido: LEX EDITORA S/A.

Interessado: Divisão de Biblioteca e Informação - CDI

Valor total: R\$ 2.260,00 (dois mil e duzentos e sessenta reais)

Srª Secretária de Licitação,

1. Nos termos da decisão exarada nos autos do processo SEI 19.04.3670.0007054/2022-55, que restou dispensada a análise jurídica das contratações diretas por inexigibilidade de licitação, fundamentadas no art. 74 da NLCC, que estejam dentro dos limites de valores estabelecidos no art. 75, I,

consoante autorização legal disposta no §5º do art. 53 da Lei nº 14.133, de 2021, Orientação Normativa SAJ/SG/MPF nº 1/2022 e Orientação Normativa AGU nº 69, de 13 de setembro de 2021.

2. Em conformidade com a Lei n.º 14.133/21, art. 74, inciso I, solicito a Vossa Senhoria autorização para a **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** referente a contratação da assinatura do acesso on-line da plataforma de pesquisa jurídica Magister Net, pelo período de 12 (doze) meses

.

Em 26 de novembro de 2024

MARCELO DE FREITAS
Subsecretário de Compras



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO DE FREITAS, Subsecretário(a)**, em 26/11/2024, às 18:26, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1747304** e o código CRC **3AE81941**.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
Secretaria de Licitação - SLIC
Praça Municipal - Eixo Monumental - Brasília - DF

DESPACHO ADMINISTRATIVO

Processo SEI nº 19.04.4187.0125165/2024-29

**Assunto: Contratação da assinatura Magister Net -
Plataforma on-line de pesquisa jurídica.**

Favorecido: LEX EDITORA S/A.

Interessado: Divisão de Biblioteca e Informação - CDI

**Valor total: R\$ 2.260,00 (dois mil e duzentos e sessenta
reais)**

Excelentíssima Srª Secretária-Geral,

1. Nos termos da decisão exarada nos autos do processo SEI 19.04.3670.0007054/2022-55, que restou dispensada a análise jurídica das contratações diretas por inexigibilidade de licitação, fundamentadas no art. 74 da NLCC, que estejam dentro dos limites de valores estabelecidos no art. 75, I, consoante autorização legal disposta no §5º do art. 53 da Lei nº 14.133/2021, Orientação Normativa SAJ/SG/MPF nº 1/2022 e Orientação Normativa AGU nº 69, de 13 de setembro de 2021.

2. De acordo com os demais elementos constantes no processo SEI nº 19.04.4187.0125165/2024-29, **DECLARO**, com base na Lei nº 14.133/2021, art. 74, inciso I, a

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO para contratação da **LEX EDITORA S/A.**, no valor total de **R\$ 2.260,00 (dois mil e duzentos e sessenta reais)**, referente a contratação da assinatura do acesso on-line da plataforma de pesquisa jurídica Magister Net, pelo período de 12 (doze) meses.

Respeitosamente,



Documento assinado eletronicamente por **ANA LUISA CARDOSO ZARDIM, Secretária de Licitação**, em 26/11/2024, às 23:48, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1747883** e o código CRC **D39F424A**.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
Secretaria-Geral - SG
Praça Municipal - Eixo Monumental - Brasília - DF

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Processo SEI nº 19.04.4187.0125165/2024-29

**Assunto: Contratação da assinatura Magister Net -
Plataforma on-line de pesquisa jurídica.**

Favorecido: LEX EDITORA S/A.

Interessado: Divisão de Biblioteca e Informação - CDI

**Valor total: R\$ 2.260,00 (dois mil e duzentos e sessenta
reais)**

Estando evidenciada a situação de **INEXIGIBILIDADE DE
LICITAÇÃO**, com base na Lei n.º 14.133/21, art. 74, inciso I,
RATIFICO o despacho da SLIC e **AUTORIZO** a emissão da nota de
empenho em favor da LEX EDITORA S/A., no valor total de R\$
2.260,00 (dois mil e duzentos e sessenta reais) para o presente
exercício, por atender aos requisitos legais em vigor.

Encaminhe-se à **SUCOMP** para a publicação nos termos da Lei nº
14.133/21.

Após, à **DIBI** para preenchimento do formulário de pedido de
empenho.



Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIA MARIA
RAMOS, Secretária-Geral Adjunta**, em 27/11/2024, às 18:36,
conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de
novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site



https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
informando o código verificador **1748307** e o código CRC **57A98429**.

19.04.4187.0125165/2024-29

1748307v4



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
Subsecretaria de Compras
Praça Municipal - Eixo Monumental - Brasília - DF

DESPACHO ADMINISTRATIVO

À SEPPE,

Para a publicação do extrato resumido no DOU, Seção 3, nos termos da Lei nº 14.133/21.

2. Após, à DIBI para preenchimento do formulário de pedido de empenho.

3. Em seguida, à SOF para emissão de nota de empenho visando a contratação da assinatura do acesso on-line da plataforma de pesquisa jurídica Magister Net, pelo período de 12 (doze) meses.



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO DE FREITAS, Subsecretário(a)**, em 27/11/2024, às 18:46, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1751541** e o código CRC **8A8214FE**.

2. O Comitê considera que o Sistema Financeiro Nacional (SFN) está preparado para enfrentar a materialização de risco de crédito. Essa materialização continua ocorrendo nas operações com micro, pequenas e médias empresas e no crédito rural a pessoas físicas. Por outro lado, mantém-se a tendência de redução da materialização nas linhas de maior risco concedidas a pessoas físicas. As provisões para perdas de crédito e os níveis de liquidez e de capital dos bancos se mantêm adequados. Diante da reduzida exposição cambial e da pequena dependência de funding externo, a exposição do SFN a flutuações financeiras originadas no exterior é baixa.

3. O crédito bancário manteve seu ritmo de crescimento, em linha com a atividade econômica, que tem apresentado crescimento acima do esperado. A importância do crédito obtido via mercado de capitais é substancial e continua aumentando.

4. As instituições financeiras mantiveram o nível de apetite ao risco observado na reunião anterior do Comef. Na visão do Comitê, o cenário, caracterizado por elevação da taxa básica de juros e pelos níveis atuais de inadimplência, comprometimento de renda e endividamento das famílias, bem como pelo endividamento das empresas, requer cautela e diligência adicionais na concessão de crédito, tanto na qualidade dos empréstimos quanto no apetite ao risco.

5. Os bancos em geral mantêm voluntariamente capital e liquidez em níveis superiores aos requerimentos prudenciais. A suficiência do capital e liquidez é atestada por análises e testes de estresse. Os testes são avaliados nas reuniões do Comef e divulgados em sua Ata e no Relatório de Estabilidade Financeira (REF).

6. A política macroprudencial se mantém em posição neutra, consistente com períodos sem acúmulo significativo de riscos financeiros. O Comef recomenda que as entidades supervisionadas persistam com a política de gestão de capital prudente em virtude das incertezas econômicas.

7. O Comef acompanha as condições financeiras internacionais, com atenção particular para as consequências da trajetória das políticas monetária e fiscal das economias avançadas, dos movimentos de reprecificação de ativos financeiros globais, da dinâmica do mercado imobiliário da China e dos eventos geopolíticos globais. O Comitê segue preparado para atuar, de forma a minimizar eventual contaminação desproporcional sobre os preços dos ativos locais.

8. Assim, considerando as condições financeiras, os preços dos ativos e as expectativas quanto ao comportamento do mercado de crédito, o Comef considera apropriado manter o ACCPBrasil em 0% (zero por cento) nas próximas reuniões.

9. O Comef publicará a ata da 59ª reunião no dia 4 de dezembro de 2024 às 8h00.

10. O Comef voltará a se reunir ordinariamente em 18 e 19 de fevereiro de 2025.

Anexo institucional

O Adicional Contracíclico de Capital Principal relativo ao Brasil (ACCPBrasil) e a comunicação

O ACCPBrasil é uma parcela do capital a ser acumulada na expansão do ciclo de crédito e consumida na sua contração. Esse instrumento trata o risco sistêmico cíclico do crédito e dos preços dos ativos. O Comef decide seu valor considerando um conjunto de indicadores econômicos de forma não mecânica e a utilização de outros instrumentos de estabilidade financeira. Se o Comef aumentar o ACCPBrasil, as instituições financeiras têm doze meses para se adequar. Se o Comef o reduzir, as instituições podem utilizar o capital liberado imediatamente. A política do ACCPBrasil está apresentada no Comunicado nº 30.371, de 2017.

O Comef divulga após cada reunião Comunicado com o valor do ACCPBrasil e outras diretrizes adotadas para a estabilidade financeira, quando necessário. A Ata da reunião é divulgada em até cinco dias úteis. Adicionalmente, o Banco Central publica semestralmente o REF com um panorama do setor bancário e o detalhamento da visão do Comitê sobre os fatores considerados na decisão."

OTÁVIO RIBEIRO DAMASO
Diretor de Regulação

AILTON DE AQUINO SANTOS
Diretor de Fiscalização

Ministério Público da União

ESCOLA SUPERIOR

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90013/2024 - UASG 200234

Nº Processo: 1732/2024-15. Objeto: O objeto da presente licitação é a renovação no de subscrição de licença de uso do software Delphix Continuous Data, com volume de armazenamento de 1 Terabyte, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 29/11/2024 das 08h00 às 17h59. Endereço: Av. L-2 Sul - Q. 603, Lote 22 - Sala 103, - BRASÍLIA/DF ou https://www.gov.br/compras/edital/200234-5-90013-2024. Entrega das Propostas: a partir de 29/11/2024 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 13/12/2024 às 14h00 no site www.gov.br/compras.

FLAVIA ESTEFANIA BORGES TEGOSHI
Chefe da Clce e Pregoeira

(SIASGnet - 28/11/2024) 200234-00001-2024NE000001

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90053/2024 - UASG 200009

Nº Processo: 49810052679202403. Objeto: Registro de Preços para eventual instalação de solução de 8 usinas de microgeração de energia fotovoltaica com até 75kWp cada.. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 29/11/2024 das 08h00 às 17h59. Endereço: Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Sala 628, Ed. Sede do Mpdft, - BRASÍLIA/DF ou https://www.gov.br/compras/edital/200009-5-90053-2024. Entrega das Propostas: a partir de 29/11/2024 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 13/12/2024 às 14h00 no site www.gov.br/compras.

ANA LUISA CARDOSO ZARDIM
Secretária de Licitação

(SIASGnet - 28/11/2024) 200009-00001-2024NE000001

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SECRETARIA-GERAL

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Contratantes: União Federal por intermédio do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e a empresa LEX EDITORA S/A. Processo: 19.04.4187.0125165/2024-29. Objeto: Contratação da assinatura do acesso on-line da plataforma de pesquisa Magister Net, pelo período de 12 (doze) meses. Valor total: R\$ 2.260,00 (dois mil e duzentos e sessenta reais). Fundamento Legal: Inexigibilidade de Licitação, art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/21. Autoridade Superior: CLAUDIA MARIA RAMOS - Secretária-Geral Adjunta do MPDFT, em 27/11/2024. CLAUDIA MARIA RAMOS Secretária-Geral Adjunta do MPDFT.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 70/2022. Contratantes: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e a empresa XP ON CONSULTORIA LTDA. CNPJ: 23.518.065/0001-29. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência contratual por 12 (doze) meses, de 12 de dezembro de 2024 a 11 de dezembro de 2025, com fundamento no art. 57, II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Vigência: 12/12/2024 a 11/12/2025. Data de Assinatura: 12/11/2024. Valor Total do Termo Aditivo: R\$ 293.061,60. Valor Global do Contrato: R\$ 867.843,27. Signatários: pelo Contratante, DJALMA LEANDRO JUNIOR, Secretário de Administração; e pela Contratada, o Senhor AGUINALDO ALVES BARBOSA. Processo MPF/PGR: 1.00.000.016447/2020-05.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 84/2021. Contratantes: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e a empresa XP ON CONSULTORIA LTDA. CNPJ: 23.518.065/0001-29. Objeto: a) Prorrogar o prazo de vigência contratual por mais 12 (doze) meses, de 30/11/2024 a 29/11/2025, com fundamento no art. 57, II, da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993; b) Reajustar o valor do contrato em 4,5 % (quatro e meio por cento), conforme Cláusula Décima Quarta do Contrato em epígrafe, com efeitos financeiros a partir de 08/07/2024, data do pedido da Contratada; e c) Realizar alteração contratual, referente ao acréscimo de 100 (cem) Licenças para serviços de webconferência e webinar, item 1, da tabela constante na Cláusula Décima - Do Preço, do referido contrato, a serem ativadas por demanda, representando um acréscimo de 2,08% (dois vírgula zero oito por cento) do valor inicial contratado atualizado, a vigorar a partir da assinatura deste Termo. Vigência: 30/11/2024 a 29/11/2025. Data de Assinatura: 18/11/2024. Valor Total do Termo Aditivo: R\$ 1.315.642,02. Valor Global do Contrato: R\$ 4.919.049,72. Signatários: pelo Contratante, DJALMA LEANDRO JUNIOR, Secretário de Administração; e pela Contratada, o Senhor AGUINALDO ALVES BARBOSA. Processo MPF/PGR: 1.00.000.020175/2021-11.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 4º Termo Aditivo ao Contrato nº 22/2021. Contratantes: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e a empresa XP ON CONSULTORIA LTDA. CNPJ: 23.518.065/0001-29. Objeto: Alteração contratual, referente o acréscimo de 100 (cem) licenças para serviços de webconferência e webinar, item 1 da tabela constante da Cláusula Décima - Do Preço, do referido contrato, representando um acréscimo de 1,51% (um vírgula cinquenta e um por cento) do valor inicial contratado atualizado. Data de Assinatura: 18/11/2024. Valor Total do Termo Aditivo: R\$ 26.093,00. Valor Global do Contrato: R\$ 6.674.572,59. Signatários: pelo Contratante, DJALMA LEANDRO JUNIOR, Secretário de Administração; e pela Contratada, o Senhor AGUINALDO ALVES BARBOSA. Processo MPF/PGR: 1.00.000.007279/2021-30.

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Termo de Contrato nº 61/2024. Contratantes: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e a empresa X.DIGITAL BRASIL SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO LTDA. CNPJ: 38.597.881/0001-42. Objeto: Serviço de emissão de Certificados Digitais Tipo A1 SSL monodomínio - sob a ICP-Brasil; EV SSL monodomínio - internacionalmente aceito; OV SSL monodomínio - internacionalmente aceito; Certificado OV SSL wildcard - internacionalmente aceito; A1 e-CNPJ e A1 e-CPF para Procuradoria-Geral da República. Modalidade: 90021/2024. Valor total: R\$ 25.590,00. Vigência: a partir da assinatura do Termo de Contrato até 12 meses após o recebimento definitivo. Data de Assinatura: 06/11/2024. Signatários: pelo Contratante, DJALMA LEANDRO JUNIOR, Secretário de Administração; e pela Contratada, o Senhor MATEUS VALGAS. Processo MPF/PGR: 1.00.000.007211/2024-01.

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Termo de Contrato nº 65/2024. Contratantes: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e a empresa GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA. CNPJ: 59.275.792/0001-50. Objeto: Aquisição de veículos automotores novos, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital. Modalidade: Pregão nº 03/2023-MTE, para SRP nº 04/2023. Valor Total: R\$ 650.000,00. Vigência: 21/11/2024 a 20/11/2025. Data de Assinatura: 21/11/2024. Signatários: pelo Contratante, DAVI LUCAS BOIS, Secretário de Administração em Exercício; e pela Contratada, DANIELA CAMPELO RUSINEK. Processo MPF/PGR: 1.00.000.006899/2024-02.

PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 1ª REGIÃO

EDITAL DE CITAÇÃO

A SECRETARIA REGIONAL DA PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 1ª REGIÃO, tendo em vista o disposto no § 4º do art. 26 da Lei nº 9.784/99, vem, por meio do presente, intimar a pessoa jurídica JONAS FERREIRA DOS SANTOS, CNPJ nº 42.050.051/0001-78, para tomar ciência da decisão que determinou a instauração do Processo Administrativo nº 1.01.000.000384/2024-53, em face da referida empresa, com o intuito de apurar possível infração em virtude do descumprimento de obrigações discriminadas no Aviso de Dispensa Eletrônica nº 02/2024, cujas sanções estão previstas no item 8.13, "b" e "c" deste instrumento e, por conseguinte, análise sobre a pertinência de aplicação das penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021.

Destaca que os autos do mencionado processo administrativo se encontram franqueados à interessada para consulta e cópia na Divisão de Contratações e Gestão Contratual (sala 201), localizada no endereço: SAS Quadra 5 Bloco E Lote 8 - Asa Sul - Brasília - DF (sede da Procuradoria Regional da República da 1ª Região). O processo também pode ser obtido via solicitação ao correio eletrônico prr1-dicong@mpf.mp.br.

Fixa o prazo de 15 (quinze) dias úteis, de acordo com o art. 166 da Lei nº 14.133/2021, a partir da data da publicação da presente intimação, para que a interessada, querendo, apresente defesa prévia da decisão ora comunicada.

Processo: MPF/PRR1ª nº 1.01.000.000384/2024-53

Brasília, 27 de novembro de 2024.
MIGUEL EDUARDO RODRIGUES PAIVA JÚNIOR
Secretário Regional
Substituto

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAPÁ

EXTRATO DE CONTRATO

Nº 38 DO TERMO DE CONTRATO PR/AP Nº 9/2024 PROCESSO: 1.12.000.000952/2024-32. Espécie: Termo de Contrato PR/AP nº 09/2024. Contratantes: União Federal, por intermédio da Procuradoria da República no Estado do Amapá - CNPJ nº 26.989.715/0009-60, e a empresa ARQUIVOS ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOCUMENTAL LTDA - CNPJ nº 26.157.471/0001-00. Objeto: Prestação de serviços de tratamento de acervo documental e gestão da informação dos documentos das áreas administrativa e finalística da Procuradoria da República no Estado do Amapá. Quantidade: 20 (vinte) metros lineares. Valor Global: R\$ 8.000,00 (oito mil reais). Data da Assinatura do Termo de Contrato: 28/11/2024. Vigência: O contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura até 90 (noventa) dias após o recebimento definitivo da última etapa dos serviços. Fundamento Legal: Art. 1º, da Lei nº 10.520/2002 e art. 60, Lei n. 8.666/93. Assinatura: Janaina Conceição Carvalho Mota - Secretária Estadual da PR/AP; Cesar Maia da Silva de Oliveira - Sócio-Administrador da Contratada. Aprovação: Dr. João Pedro Becker Santos - Procurador-Chefe da PR/AP.





MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
Seção de Pesquisa de Preços - SDA
Praça Municipal - Eixo Monumental - Brasília - DF

DESPACHO ADMINISTRATIVO

À DIBI,

Para preenchimento do formulário de pedido de empenho.

Após, à SOF para emissão de nota de empenho visando contratação da assinatura do acesso on-line da plataforma de pesquisa jurídica Magister Net, pelo período de 12 (doze) meses.



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIA DE FATIMA PEIXOTO LIMA, Chefe de Seção**, em 29/11/2024, às 12:08, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1756765** e o código CRC **6DB6A27E**.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

PEDIDO DE EMPENHO

DADOS DA EMPRESA

NOME: LEX EDITORA S.A	CNPJ: 61.160.768/0001-17
TELEFONE: (11) 3019-0070 / (51) 99959 8676	E-MAIL: marlene@lex.com.br

DADOS DO GESTOR

NOME: GILSON CARVALHO DA SILVA	TELEFONE: (61) 3343-6409 / 3343--9888
E-MAIL: GILSONS@MPDFT.MP.BR	

TIPO DE EMPENHO (1)

	(X)	
ORDINÁRIO	(	
) ESTIMATIVO	()	
GLOBAL		

ESPÉCIE DE EMPENHO (2)

(X) EMPENHO ORIGINAL	Nº DO
BLOQUEIO ORÇAMENTÁRIO: 0940/2024	

() REFORÇO DE EMPENHO	() ANULAÇÃO DE EMPENHO	Nº DO
------------------------	-------------------------	-------

EMPENHO ORIGINAL:

OBJETO DO EMPENHO

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL/SERVIÇO	QUANTIDADE	VALOR	
			UNITÁRIO	TOTAL
01	CONTRATAÇÃO DA ASSINATURA DO ACESSO ON-LINE DA PLATAFORMA DE PESQUISA JURÍDICA MAGISTER NET	01	2.260,00	2.260,00
TOTAL				2.260,00

OBSERVAÇÕES/JUSTIFICATIVA DE REFORÇO OU ANULAÇÃO

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

(1) Marcar o campo referente ao tipo de empenho:

- Ordinário: Ordinário - Contratação em uma única parcela, com valor já conhecido.
- Estimativo: Contratação em que se estima o valor contratado, podendo ocorrer reforços ou anulações.
- Global: Contratação em que se conhece o valor, mas opta-se por receber o objeto e pagá-lo de forma parcela.

(2) Marcar o campo referente à espécie de empenho:

- Original: Valor referente ao primeiro empenho relativo à contratação. Deve ser informado o nº do bloqueio.
- Reforço: Acréscimo de dotação orçamentária ao valor original. Deve ser informado o nº do empenho original.
- Anulação: Cancelamento de dotação orçamentária do valor original. Deve ser informado o nº do empenho original.



Documento assinado eletronicamente por **GILSON CARVALHO DA SILVA, Chefe da Divisão de Biblioteca e Informação**, em 29/11/2024, às 16:36, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1758152** e o código CRC **18046904**.

19.04.4187.0125165/2024-29

1758152v5

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 61.160.768/0001-17
Razão Social: LEX EDITORA S A
Endereço: R DEZOITO DE NOVENBRO 423 SALA 203 / NAVEGANTES / PORTO ALEGRE / RS / 90240-040

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 29/11/2024 a 28/12/2024

Certificação Número: 2024112902400444732840

Informação obtida em 29/11/2024 16:20:20

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: LEX EDITORA S A
CNPJ: 61.160.768/0001-17

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 14:26:28 do dia 28/11/2024 <hora e data de Brasília>.
Válida até 27/05/2025.

Código de controle da certidão: **7760.A1EA.7B4E.5D9D**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: LEX EDITORA S A (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 61.160.768/0001-17

Certidão nº: 82833571/2024

Expedição: 29/11/2024, às 16:17:14

Validade: 28/05/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **LEX EDITORA S A (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **61.160.768/0001-17**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

CNPJ: **61.160.768/0001-17**
A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial: **LEX EDITORA S A**

Situação Atual

Situação no Simples Nacional: **NÃO optante pelo Simples Nacional**
Situação no SIMEI: **NÃO enquadrado no SIMEI**

+ Mais informações

Períodos Anteriores

Opções pelo Simples Nacional em Períodos Anteriores: **Não Existem**

Enquadramentos no SIMEI em Períodos Anteriores: **Não Existem**

Eventos Futuros (Simples Nacional)

Não Existem

Eventos Futuros (SIMEI)

Não Existem

Informações de Períodos como MEI Transportador Autônomo de Cargas

Não Existem

Voltar Gerar PDF



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
Secretaria de Orçamento e Finanças - SOF
Praça Municipal - Eixo Monumental - Brasília - DF

DESPACHO ADMINISTRATIVO

1. À Subsecretaria de Execução Orçamentária e Financeira, para empenho, conforme solicitado.
2. À Subsecretaria de Avaliação Orçamentária e de Custos, para conformidade de registro de gestão.

Brasília, 29 de novembro de 2024.

LUCIANA FORMIGA RODOLFO VASCONCELOS DE OLIVEIRA,
Secretária de Orçamento e Finanças Adjunta, SG/MPDFT



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA FORMIGA RODOLFO VASCONCELOS DE OLIVEIRA, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 29/11/2024, às 18:05, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1759346** e o código CRC **2548A2FF**.

TRANSMISSÃO DE MENSAGEM

Destinatário :	Fax Destinatário	Fone	Nº de Folhas
LEX EDITORA S.A.	51-3234-4243	11-3019-0070	02

Recebido por

/ /

MENSAGEM

Informo que a 1ª via da Nota de Empenho nº 2024NE00461 encontra-se a disposição de V.Sª no horário de 12:00 às 18:00h no seguinte endereço:
MPDFT - Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 02, Ed. Sede do MPDFT, sala 650. **Data:** 02/12/2024
CEP: 70091-900 - Brasília-DF

DADOS PARA FATURAMENTO

Remetente	CNPJ	Inscrição Estadual
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DF E TERRITÓRIOS	26.989.715/0002-93	Isento

A T E N Ç Ã O

Com o objetivo de agilizar o **PAGAMENTO** de sua Nota Fiscal/Fatura, solicitamos a V.Sª observar os documentos que deverão acompanhá-la :

- a) Nota de Empenho Original (se for o caso);
- b) Cópia autenticada da CND e do FGTS;
- c) Cópia do Termo de Adesão ao Simples Federal. (se for o caso)
- d) Informar a alíquota do ISS com respectivo valor. (se for o caso)

CONTATO

Para maiores informações entrar em contato com **GILSON CARVALHO** telefone : **61-3343-9888**

*Encontra-se disponível informações sobre empenhos e pagamentos na página do MPDFT.
Visite-nos www.mpdft.mp.br, contas públicas, portal transparência e Execução Orçamentária.*

Data e hora da consulta: 03/12/2024 16:36

Usuário: ***.269.361-**

Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
200009	MINISTERIO PUBLICO DO DF E TERRITORIOS	REAL - (R\$)
CNPJ	Endereço	CEP
26.989.715/0002-93	MPDFT-EIXO MONUMENTAL, PRAÇA DO BURITI, LOTE 02-ED.SEDE	70091-900
Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	3343.6703/3343.6702

Ano	Tipo	Número
2024	NE	461

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	172152	1000000000	339039	200009	35-DOCUMENT

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
02/12/2024	Ordinário	4187.0125165/2024-29	-	2.260,00

Favorecido

Código	Nome	CEP
61.160.768/0001-17	LEX EDITORA S A	90240-040
Endereço	UF	Telefone
RUA DEZOITO DE NOVEMBRO, 423 - SALA 203 - NAVEGANTES	RS	5131913033
Município	UF	Telefone
PORTO ALEGRE	RS	5131913033

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação	Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
167	INEXIGIBILIDADE	Lei 14.133/2021	74	-	I	-

Descrição

RENOVAÇÃO DE ASSINATURA ANUAL DE ACESSO À PLATAFORMA JURÍDICA MAGISTERNET. PROC. 19.04.4187.0125165/2024-29.
39.01.02-ASSINATURA DE PERIÓDICOS E ANUIDADES.
PRAZO DE ENT./EXEC.: DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA.

Local da Entrega

-

Informação Complementar

-

Sistema de Origem

SIAFI-STN

Data e hora da consulta: 03/12/2024 16:36

Usuário: ***.269.361-**

Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDIC	2.260,00

Subelemento 01 - ASSINATURAS DE PERIODICOS E ANUIDADES

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	RENOVAÇÃO DE 01 (UMA) ASSINATURA ANUAL DE ACESSO ON-LINE À PLATAFORMA JURÍDICA MAGISTERNET, SISTEMA DE PESQUISA DOUTRINÁRIA, JURISPRUDENCIAL E LEGISLATIVA. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA.	2.260,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
02/12/2024	Inclusão	1,00000	2.260,0000	2.260,00

Assinaturas

Ordenador de Despesa

JOSE DE RIBAMAR PEREIRA DA SILVA

***.351.131-**

03/12/2024 14:09:21

Gestor Financeiro

WARLLEN NERY JONAS DA SILVA

***.067.041-**

02/12/2024 15:16:46

NOTA DE EMPENHO 2024NE000461-MPDFT

De DIEOF - Divisão de Execução Orçamentária e Financeira <dieof@mpdft.mp.br>

Data Ter, 03/12/2024 17:11

Para Tânia Mara - Editora LexMagister <taniamara.sp@editoramagister.com>; Marlene Lex
<marlene@lex.com.br>

Cc Divisão de Compras / MPDFT <compras@mpdft.mp.br>; dieof.sof@gmail.com <dieof.sof@gmail.com>

 1 anexo (48 KB)

2024NE000461-MPDFT.pdf;

SEGUE ANEXA A NOTA DE EMPENHO 2024NE000461, REFERENTE À RENOVAÇÃO DE ASSINATURA ANUAL DE ACESSO À PLATAFORMA JURÍDICA MAGISTERNET.

SOLICITAMOS ENCARECIDAMENTE, RESPOSTA COM CONFIRMAÇÃO DE RECEBIMENTO.

Atenciosamente,
SUEX/SOF/MPDFT

RES: NOTA DE EMPENHO 2024NE000461-MPDFT

De Tânia Mara - Editora LexMagister <taniamara.sp@editoramagister.com>

Data Ter, 03/12/2024 17:21

Para DIEOF - Divisão de Execução Orçamentária e Financeira <dieof@mpdft.mp.br>; 'Marlene Lex' <marlene@lex.com.br>

Cc Divisão de Compras / MPDFT <compras@mpdft.mp.br>; dieof.sof@gmail.com <dieof.sof@gmail.com>

Boa tarde

Confirmo o recebimento da NF

At,

Nome: Tânia Mara

Cargo: Promotora de Vendas

Tel.: 11 94168 6697

E-mail: taniamara.sp@editoramagister.com

De: DIEOF - Divisão de Execução Orçamentária e Financeira [mailto:dieof@mpdft.mp.br]

Enviada em: terça-feira, 3 de dezembro de 2024 17:11

Para: Tânia Mara - Editora LexMagister; Marlene Lex

Cc: Divisão de Compras / MPDFT; dieof.sof@gmail.com

Assunto: NOTA DE EMPENHO 2024NE000461-MPDFT

SEGUE ANEXA A NOTA DE EMPENHO 2024NE000461, REFERENTE À RENOVAÇÃO DE ASSINATURA ANUAL DE ACESSO À PLATAFORMA JURÍDICA MAGISTERNET.

SOLICITAMOS ENCARECIDAMENTE, RESPOSTA COM CONFIRMAÇÃO DE RECEBIMENTO.

Atenciosamente,
SUEX/SOF/MPDFT



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
Seção de Execução Orçamentária - SOF
Praça Municipal - Eixo Monumental - Brasília - DF

DESPACHO ADMINISTRATIVO

- 1 – Solicitação atendida;
- 2 – À SUAC/SOF para registro da conformidade documental.



Documento assinado eletronicamente por **CELSO ALVES DE SOUSA, Chefe de Seção**, em 03/12/2024, às 17:46, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdf.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1770919** e o código CRC **A734EC0B**.

19.04.4187.0125165/2024-29

1770919v1



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Secretaria-Geral
Secretaria de Orçamento e Finanças
Subsecretaria de Avaliação Orçamentária e de Custos

CONFORMIDADE DE REGISTRO DE GESTÃO

Nº Instrução: 17959

ITENS DE CONFERÊNCIA

Processo nº: 19.04.4187.0125165/2024-29

Documento(s) SIAFI analisado(s):

2024NE000461

Data(s) Movimentação no SIAFI:

02/12/2024

Favorecido(s): LEX EDITORA S.A

Em cumprimento à IN/STN nº 6, de 31 de outubro de 2007 e à Portaria Normativa/DG/MPDFT nº 31, de 13 de janeiro de 2010, Art. 5º, inciso II, alínea f, informamos que foi procedida à Conformidade de Registro de Gestão, sem restrição relativa à movimentação ocorrida na(s) data(s) e quanto ao(s) documento(s) supracitado(s) no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Restrição SIAFI: Não.

Diligência: Não.

Dessa forma, encaminho o presente PGEA para acompanhamento e/ou arquivamento.

À (Ao)Coordenadoria de Documentação e Informação-CDI.

Brasília, 03 de dezembro de 2024.

REGINA MARCIA MOURA COELHO / Matrícula: 3186



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
Subsecretaria de Avaliação Orçamentária e de Custos - SOF
Praça Municipal - Eixo Monumental - Brasília - DF

DESPACHO ADMINISTRATIVO

À CDI

1. Para as devidas providências.



Documento assinado eletronicamente por **REGINA MARCIA MOURA COELHO, Técnico do MPU**, em 03/12/2024, às 18:16, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1771257** e o código CRC **70950374**.

19.04.4187.0125165/2024-29

1771257v2



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
Coordenadoria de Documentação e Informação
Praça Municipal - Eixo Monumental - Brasília - DF

DESPACHO ADMINISTRATIVO

1. Ciente.
2. À DIBI para providências.

ANTONIO HUGO BARBOSA NETO
Coordenador de Documentação e Informação



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO HUGO BARBOSA NETO, Coordenador de Documentação e Informação**, em 03/12/2024, às 19:09, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1771837** e o código CRC **9E0D9010**.